

# lajed@os

Vol. I, n. 2

[lajed@os.com.br](http://lajed@os.com.br)

## Gruta da CARIDADE

...e outras histórias sobre homens e  
cavernas nos sertões esquecidos do Seridó



# lajedos

Volume I, número 02, novembro de 2008  
ISSN 1984-2155

Lajedos é uma publicação voltada à divulgação e preservação do patrimônio espeleológico e ao universo relacionado às cavernas. É mantida pela atuação voluntária dos membros da Sociedade Espeleológica Potiguar - SEP e da Sociedade para Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental do Rio Grande do Norte - SEPARN. A opinião dos autores de seus artigos não reflete, necessariamente, as posições da publicação ou das associações.

Fica terminantemente proibido o uso desta publicação para fins comerciais, podendo haver sua divulgação, no todo, desde que de modo gratuito e citando-se sua fonte na *internet*, juntamente com a data de acesso. Fica, ainda, expressamente proibido disponibilizar o arquivo da revista em sítios diferentes do endereço oficial ([www.lajedos.com.br](http://www.lajedos.com.br)), podendo ser feito o envio do mesmo a terceiros por e-mails. Autoriza-se, ainda, a citação de artigos, desde que obedecidas as mesmas regras de preservação dos direitos relativos à autoria. A violação dos direitos de autor (Lei n.º 9.610/98) é crime tipificado no artigo 184 do Código Penal Brasileiro.

Para maiores informações, sugestões ou críticas e, ainda, envio de material, contate-nos através do endereço [lajedos@lajedos.com.br](mailto:lajedos@lajedos.com.br).

#### Comissão Editorial:

Solon Almeida Netto  
Rostand Medeiros  
Danilo Guanabara

#### Revisão:

Natalia Edith Petersen

#### Diagramação:

Solon Almeida Netto

#### Colaboradores da Edição:

André Mota  
Alex Gomes  
Eduardo Caldas  
Fernanda Helena Miranda  
Jeová França  
Marcelo Kramer  
Mosheh de Souto Leal  
Ricardo Sávio Morais  
Stephen Smith

#### Jornalista Responsável:

Layana de Fátima Brasil de Freitas Cunha

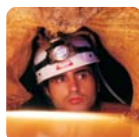
## Seções

- 03 Ecos
- 32 Resenha
- 33 Caderneta



## Reportagens

### expedições



#### 04 Almeida Netto, Gomes & Mota

##### Expedição Caridade 2008.

Relato de como foi a campanha na Serra da Cruz em 2008.

### resgate



#### 12 Medeiros, Gomes, Guanabara & Almeida Netto

##### A Caridade e suas histórias.

Considerações históricas sobre o povoamento da região da Caridade e os reflexos da ocupação humana nos dias atuais.

### denúncia



#### 18 Almeida Netto

##### Da ganância e do prenúncio do fim.

Análise dos principais conflitos ambientais envolvendo a região da Serra da Cruz.

### literária



#### 23 Medeiros

##### Canto de muro: Câmara Cascudo e os quirópteros.

A visão romanceada de Câmara Cascudo sobre os quirópteros e outros animais.

### técnica



#### 27 Almeida Netto

##### A política espeleológica do Decreto n.º 6640/08: considerações jurídicas.

Análise jurídica da nova norma administrativa que passou a regulamentar o patrimônio espeleológico nacional.

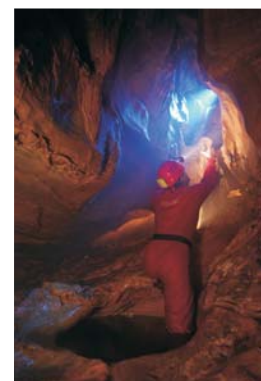
J. França



#### CAPA:

Passagem da Cachoeira,  
Gruta da Caridade, Caicó, RN.  
Autor: Solon Almeida Netto.

ECOS (página seguinte):  
Vista da Serra da Cruz. Autor:  
Solon Almeida Netto



## De um infinito chamado Serra da Cruz

**V**iemos de um sertão entre Caridade e Dominga. De uma imensidão chamada Serra da Cruz, onde todo o manto esmeralda toca o infinito azul. Um mundo perdido entre sacos. Uma solidão a qual somente se atinge por estradas feitas de pedras afiadas, pelas quais galgaram os pobres espíritos esquecidos dos que, um dia, foram grandes homens, cangaceiros ou desbravadores.

Esta edição da Lajedos é uma homenagem a um dos lugares mais mágicos do Rio Grande do Norte. A Serra da Cruz é uma das últimas torres intocadas de um grande conjunto que, outrora, abriu-se subindo até Santana. Suas imponentes matas cerram rios e guardam campos de blocos de mármore. Detém – sem qualquer erro – o mais importante sítio espeleológico do Seridó, em Caridade, repousando, em seus paredões, segredos arqueológicos de antepassados ainda enigmáticos. Hoje, ameaçada, vergonhosamente figuram em seu futuro homens armados de motores, porque, à infelicidade desse mundo de sonhos, descobriu-se, no coração de seus montes, minério de ferro. Inexplicavelmente, o destino da serra apresenta-se como incerto. Uma relevante parcela do patrimônio do povo norte-riograndense está ameaçada e, enquanto tratores fustigam sítios espeleológicos e arqueológicos, nosso Estado-omissão somente aguarda o fim silencioso das matas que ardem nos rincões esquecidos.

Não deixemos, assim, que a Caridade tombe por tão pouco. É uma luta que parece perdida, mas todo brado é forma de vitória. E esta revista nada mais é do que um grito. Por mais curto ou pouco que se faça o protesto, deixemos que as vozes da serra por essas linhas ecoem, agigantando suas páginas. Que cada palavra aqui seja uma lança no embate. E se, ao final de tudo, um mundo de cavernas se acabar pela mão do homem, fiquemos com a consciência de que o desânimo mata a fé na mudança, mas nunca o atrevimento de morrer lutando. Que seja o segundo número da Lajedos uma oferenda a todos os deuses que criaram o Seridó.

A Comissão Editorial.





EXPEDIÇÕES

texto

Solon Almeida Netto

fotografia

Solon Almeida Netto

Alex Gomes

André Mota

# EXPEDIÇÃO 2008

# CARIDADE

Imagem: Almeida Netto



Quando a enorme ladeira barrenta surgiu diante do pequeno carro, um pensamento infantil me fez pensar que a inclinação escorregadia era transponível. Acelerei. Os buracos começaram a jogar todos os ocupantes do veículo contra o teto, contra as portas. Se os pneus sobravam de um lado, enrolava-se a direção. Logo, o estranho ponto prata ganhava velocidade e deixava um rastro que subia como uma imensa nuvem de poeira avermelhada. Entretanto, tristes dos que se empolgam em vencer uma serra levados por um carrinho, pois o destino mais incerto não é subir uma trilha a pé, mas ficar pelo caminho sem rumo... Assim, num dado momento, a ladeira fez-se cruel e inclinada demais. A velocidade foi lentamente perdendo-se e paramos numa curva inclinada. Dali, sem opções, restava descer um pouco e estacionar, mas, seguindo a gravidade, novamente o carro se colocou em movimento, sendo que, simplesmente, escorregando! Pisei nos freios e nada! Vagarosamente desemos pela fina camada de argila, aproximando-se da encosta do precipício até que, numa pancada, paramos. Quando abri a porta, vi um abismo. Só não rolamos pela ribanceira da Serra da Cruz, porque o eixo traseiro prendeu numa pedra do tamanho de um microondas. A roda, suspensa no ar,

ainda girava solta... Foi assim que começou a história da tentativa de se refazer o mapa da Gruta da Caridade.

Porém, se eu fosse contar quantas dificuldades desafiaram os exploradores em seu desejo de chegar àquela gruta, a história seria longa demais. A primeira expedição de natureza espeleológica foi organizada pelo Clube de Espeleologia do Rio Grande do Norte – CERN, em 1995. Esses relatos, porém, guardo-os somente de ouvir falar. Só conheci a caverna quando fui convidado a integrar uma equipe de mapeamento montada por Joaquim das Virgens em 1998. Naquele ano, contudo, não se foi muito longe. Paramos no salão enevoadado que se alonga após o sifão. Pensava-se que a caverna resumia-se ao estreito trecho e, durante muitos anos, essa foi a única referência cartográfica. Mesmo assim, o mérito dessa tentativa de exploração é enorme. Contornando obstáculos técnicos e logísticos, pela primeira vez se mapeou, mesmo que parcialmente, a mais famosa caverna do Seridó.

Quando se pensou em retomar os trabalhos em Caridade, após dez anos, em 2008, a lembrança de léguas sofridas por



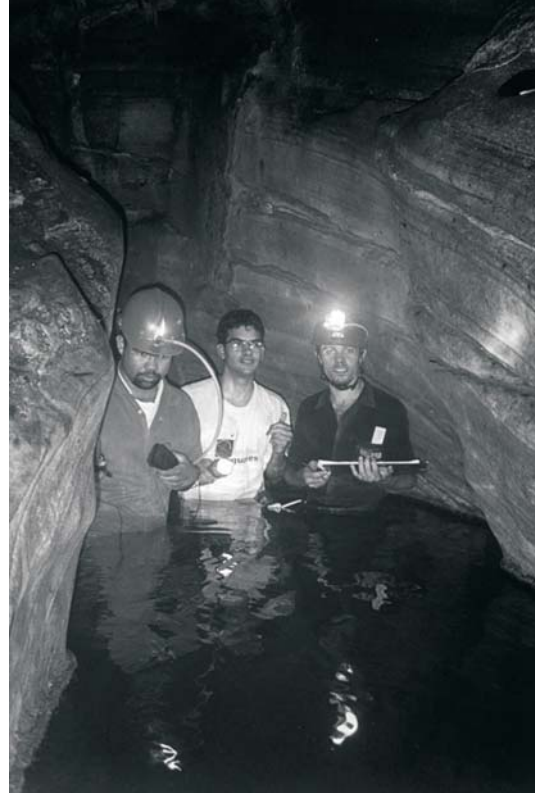


péssimas estradas e condutos estreitos estava viva. Nunca pensei que o projeto renderia muito, mas havia uma sugestão feita por Rostand Medeiros, de que a caverna possuía uma suposta segunda entrada, identificada por ele em 2007. A primeira saída foi dedicada a localizar a entrada principal, fazer estudos biológicos e algumas fotografias. Contudo, o retorno à região foi marcado por surpresas. Logo na primeira expedição, para infelicidade de todos, foram vistos quilômetros de novas estradas rasgando toda a Serra da Cruz. O lugar havia virado palco de grande maquinário, o qual escavava o monte onde estava inserida a caverna, em busca de minério de ferro. Os moradores alardeados contavam, apenas, que seria ali instalada uma grande mina.

Sem saber muito o que esperar desse novo quadro, resolvemos refazer o mapa da gruta e aprofundar o estudo, posto que seria mais interessante uma documentação que primasse pelo detalhamento, diferentemente do antigo mapa de 1998, identificando as irregularidades da mineração com relação ao sítio da caverna. Desse modo, surgiu a necessidade de agendar um retorno priorizando a produção do novo mapa.

**e**nquanto a roda do carro continuava dependurada na ribanceira, pois o

eixo apoiara-se em enorme pedregulho, tudo que eu pensava era que aquele seria um dia perdido. Aquela era a segunda ida ao campo, marcada para produzir o mapa da caverna. O contratempo era horrível. Talvez, com sorte, o veículo não despencasse pela encosta. Mas os santos sempre têm pena dos pecadores baratos nessas horas, quando a penitência se converte num castigo muito grande, mandando-me eles à mente uma idéia simples: colocar o macaco por debaixo do automóvel para suspê-lo da rocha e escavar a pedra, fazendo com que ela se movesse um pouco, dando a possibilidade de fazer a roda apoiar-se no chão e soltar o veículo. A idéia era perigosa. Poderia rolar pedra ou carro, ou os dois, quem saberia?! Mas, o que restava naquela hora? Assim, aos poucos, com extremo cuidado, fui agindo. Marcelo Kramer, meu único companheiro de viagem naquela segunda expedição, foi retirando também um pouco da argila, até que a pedra começou a oscilar. Uma primeira tentativa e nada. Uma segunda pior. Mas, na terceira, milimetricamente o eixo ficou livre, as rodas tracionaram e o carro se moveu, primeiro saindo completamente de lado, depois de frente e, finalmente, livre! Incrivelmente, escapamos da queda pela encosta. Era hora de retomar a trilha em direção à caverna. Dez anos passados, os



*Antigas expedições: O grupo reunido por Virgens em 1998.*

*Passagem da cachoeira: Conexão mapeada em 2008 que aumentou consideravelmente o tamanho da Gruta da Caridade (primeira página).*

*A Serra da Cruz: Montes perdidos, repletos de mata virgem, guardando fantásticos mirantes e cavernas ainda intocadas na fronteira entre Caicó, Florânia e Cruzeta.*

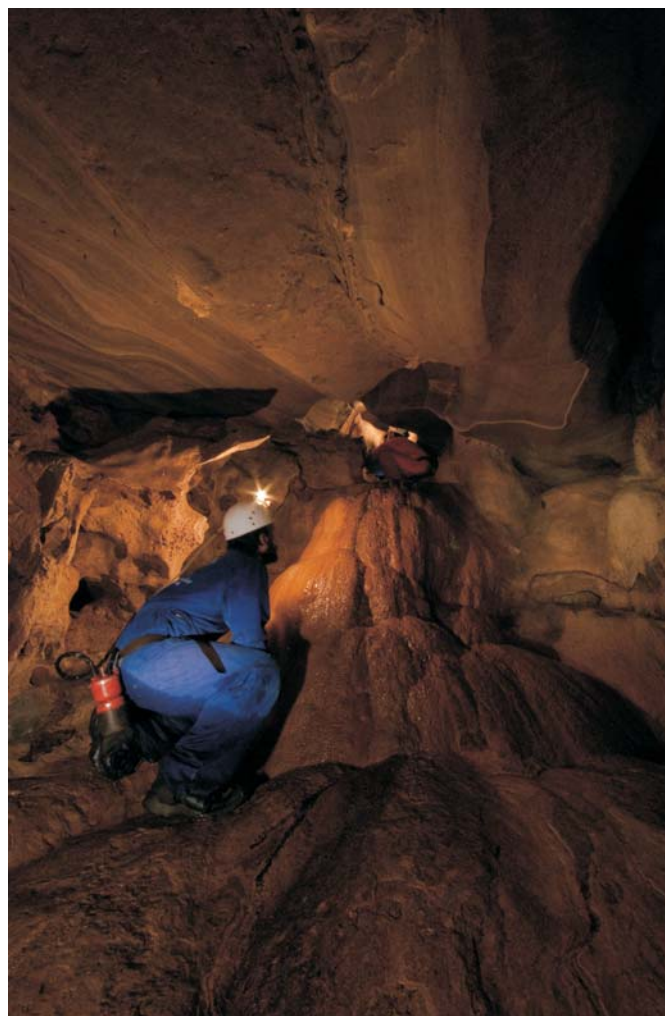


Almeida Netto

mesmos percalços na subida da velha e conhecida serra foram as boas-vindas ao início do mapeamento da Gruta da Caridade.

**n**aquela mesma manhã do incidente na serra, o mapeamento iniciou-se por volta das dez horas. A Caridade é, basicamente, uma caverna formada por um pequeno rio. O vão interno é bastante sinuoso, repleto de curvas que a água incessantemente, ao longo de milhares e milhares de anos, esculpiu na pedra. Há poucas passagens laterais, podendo ser descrita como um longo corredor. Essas características facilitam qualquer topografia, mas, por outro lado, existem lá algumas sérias dificuldades. A primeira dela é que, praticamente, o tempo inteiro o avanço ocorre por dentro d'água, molhando-se todo o equipamento. Há passagens extremamente apertadas, as quais um sujeito magro transpõe com dificuldades. Por fim, existem muitas aranhas venenosas, o que põe todos em estado de alerta constante.

Porém, tudo correu rápido e animado no primeiro dia do mapa. Antes do final da manhã, já havíamos chegado ao Laguinho do Sifão, um conduto em que o teto da caverna desce muito e há um trecho de nado. Nos pontos mais difíceis existe, somente, uma pequena lâmina de atmosfera, nalguns lugares, menos de um palmo, deixando o espaço estritamente necessário para se pôr a cabeça e respirar. Houve, então, a sonhada parada para o almoço. Porém, mais uma surpresa: durante a caminhada, o fogareiro abriu-se no balanço da mochila e vazou todo o gás. A fome era grande e fındamos comendo macarrão miojo cru com sardinha enlatada... Incrivelmente mais gostoso!



*O Salão dos Sapos: A primeira impressão de quem entra na Gruta da Caridade é um pequeno laguinho (repleto de sapos e gıas) que surge margeado por um grande escoıimento.*



Após a experiência gastronômica do almoço, o sifão foi vencido numa velocidade excelente. Graças ao papel à prova d'água, o rio não foi problema. E, nessa empolgação, já completamente esquecidos de todas as dificuldades enfrentadas, chegamos ao Salão da Névoa. Naquele ponto, em 1998, a atmosfera estava imensamente saturada, formando uma névoa que dificultava a visão. Ali o rio desce uma extensa ladeira lisa na rocha. Quando, porém, eu e Kramer atingimos aquele ponto, o ar estava completamente limpo. “Excelente”, foi tudo que pensei, pois daria para fazer fotos realmente boas. Disse a Marcelo que, vencidos mais alguns metros, a caverna chegaria

ao final... ou, pelo menos, era para acabar, porque na topografia que fizemos coordenada por Virgens, há dez anos, o mapa terminou por ali.

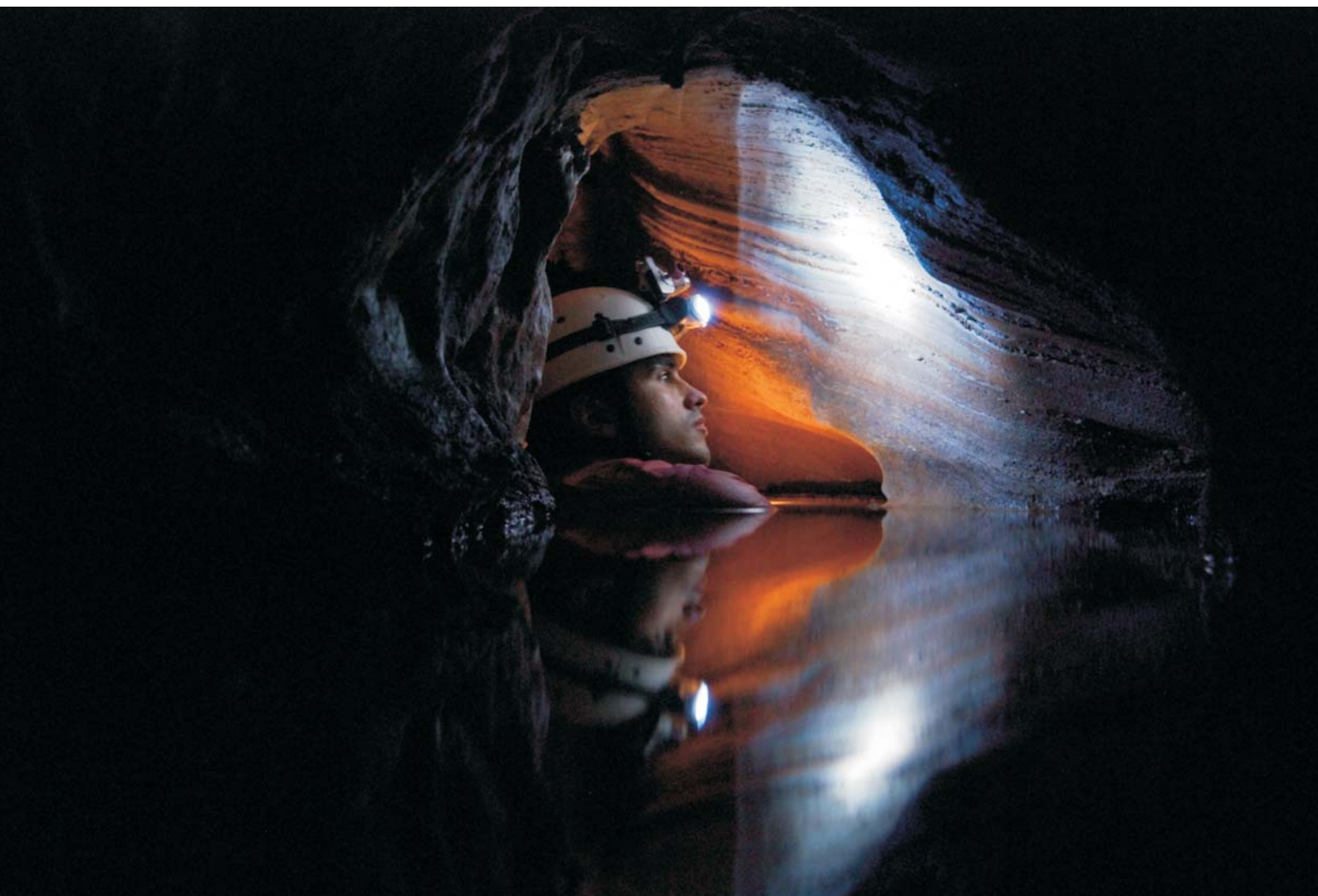
Porém, Marcelo foi curiosamente insistindo, olhando um lado, espiando o outro, quando me encarou e disse: “Vocês entram, da outra vez, por esse buraco no teto de onde está jorrando o rio?”. Respondi que não recordava, mas que o mapa havia encerrado, em 1998, naquele ponto. Marcelo resolveu explorar pela cachoeira escorregadia. A subida era perigosa. O rio estava colocando muita água e o orifício era bastante estreito. Basicamente, somente restava a passagem para a força do rio. Mas Kramer foi se

molhando e, quando menos esperei, estava somente com o balanço do solado das botas à vista. Desapareceu por alguns instantes para, logo em seguida, gritar pela passagem: “Doido, a caverna vai simborá!!!”.

Então, percebi um problema. Marcelo era bem menor do que eu e, para mim, a passagem deveria ser mais apertada ainda. Sem pensar muito, passei o material e fui ao ataque. Um estreito *punk-rock* numa cabeça de cachoeira! Água jorrando, o corpo fazendo força, entala a cabeça, água jorrando, entala o braço, entala o quadril, prende a respiração, água jorrando, fica sem ar, bate o frio, engancha o macacão na pedra, bate aquele pensamento

***O Laguinho do Sifão:*** Trecho clássico da Caridade, o pequeno lago que se forma gerando um sifão é uma das primeiras dificuldades que marcam o início do segundo trecho da caverna.

Almeida Netto



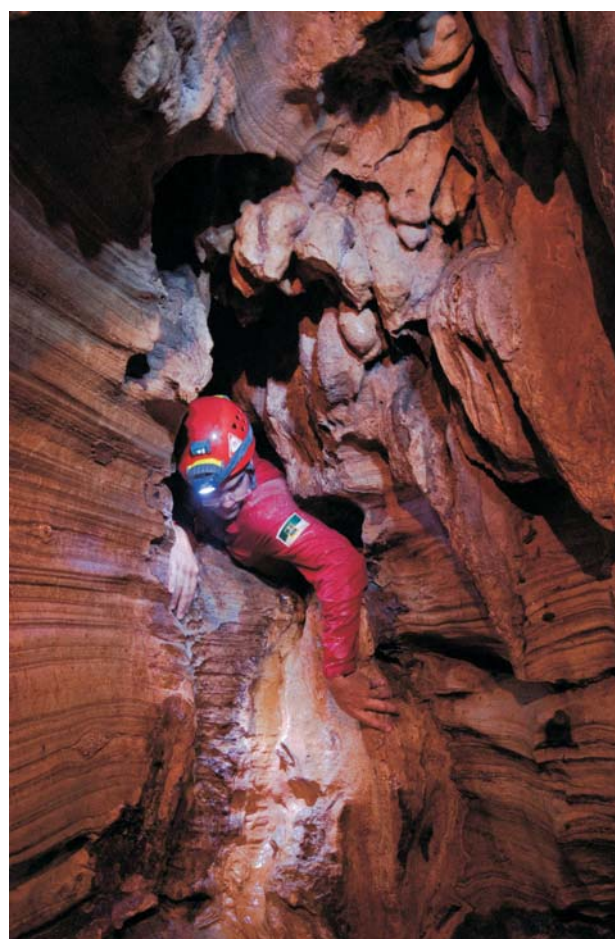
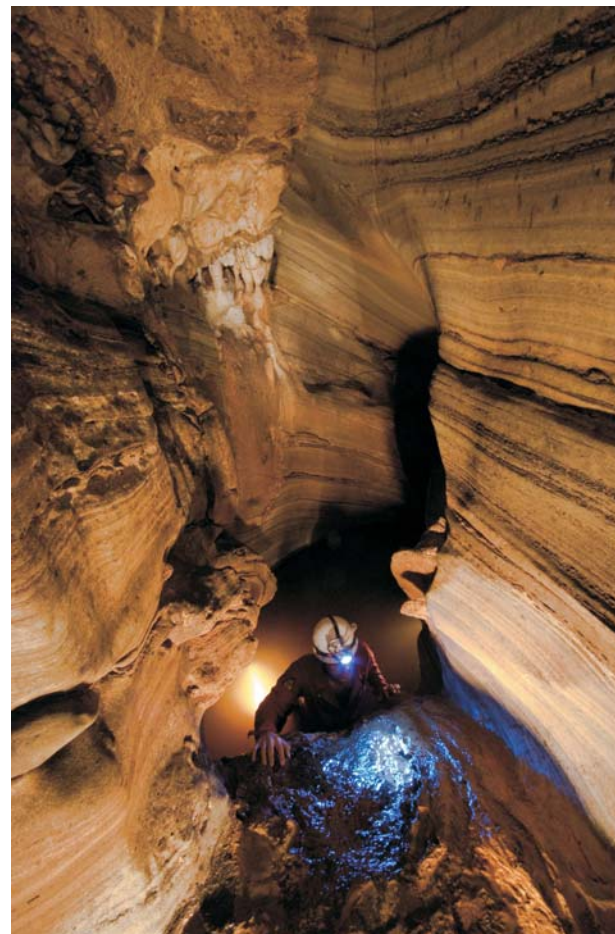


de “pedra filha-da-puta”, água empurrando pra baixo, pernas pra cima, quando – finalmente – vê-se o enorme breu no fim do túnel (porque aquele velho ditado “luz no fim do túnel” serve para túnel de carro... Em túnel de caverna, felicidade é encontrar o breuzão surgindo para dentro...). E Deus! O breu era grande! Breu e rio! Foi a partir dali que a Caridade se transformou numa máquina de moer carne. Seqüências de conduto-cara-na-lama, seguidos por quebra-corpos e cachoeiras, o todo o tempo subindo a correnteza no rio! Morcegos, guano, pequenos salões e espeleotemas variados, tudo belíssimo!

Vencidos tantos obstáculos, o mapeamento começou a se arrastar. As passagens eram apertadas e fazia frio, pois há horas estávamos encharcados. Imaginávamo-nos, ainda, pela metade da caverna. Quando resolvemos voltar, as baterias das lanternas estavam no fim. Após cerca de quarenta minutos de retorno até a saída, eram mais de oito horas da noite. A bicharada gritava solta pela mata. Era noite de São João. Ao longe, as fogueiras queimavam em brasa por todo interior do Nordeste. Em mim, as raladuras também ardiam, mas como marcas de um perrengue que, contrariando as expectativas, estava longe de terminar.

**a** pós o “dia-em-que-quase-capotamos-e-depois-ficamos-entaldados”, ainda voltei à Caridade. Basicamente, foram feitos excelentes registros fotográficos e filmagens, em saídas de um único dia, com Alex Gomes, Rostand Medeiros, Ricardo Moraes, Jeová França e André Mota.

Era necessário, porém, voltar lá com Marcelo Kramer, o único do grupo com biotipo magro o suficiente para transpor os apertos do segundo trecho da Gruta da Caridade. O final de semana para prosseguirmos ficou marcado para 27 e 28 de setembro de 2008. Com o rio mais fraco, seria mais fácil vencer as passagens estreitas e os condutos com teto baixo. Marcelo montou um grupo para a topografia. Eu encontraria com eles já no Seridó. Desse modo, entraram na equipe dois estudantes de biologia da UFRN, Mosheh Leal e Fernanda Helena Miranda, além de um norte-americano, Stephen Smith, experiente caverneiro, que veio ao Brasil a um congresso médico e se juntou à expedição na última hora! Um time diferente, mas determinado. Sempre que



*Pequenos lagos e grandes apertos: A morfologia da caverna é marcada por pequenos lagos e trechos muito apertados.*



comentávamos as dificuldades, a resposta era uma só: “não temos motivos para preocupações... todos são magros!”

No sábado, dia 27, os trabalhos não renderam muito. Houve a vigem até Caicó e o cansaço. A atenção foi voltada a mapear uma pequena (mas interessante) caverna que foi encontrada pelo lado sul da Serra da Cruz, batizada por Stephen Smith como Caverna dos Cactos. Pelo começo da noite, o acampamento foi montado no alto da serra, bem próximo à caverninha mapeada à tarde, à beira de uma queda de uns 250 metros, por onde os tratores da mineração haviam aberto inúmeras clareiras.

Nada de banho ou luxo. O norte-americano tomou umas dez latas de Kaiser completamente quente, o que facilitou muito suas noções de português. Uma fogueira foi acesa. À noite, a experiência na Serra da Cruz era pulsante. O céu completamente estrelado. A mata vibrante. Um vento gelado fazendo as lonas das barracas balançarem como flâmulas. Dormimos todos.

**P**ela manhã, havia em tudo uma fina camada de argila deixada pelo vento. Cada um tossia um pouco, alguns gramas da serra os quais passamos a

noite inteira engolindo... O grupo seguiu para a Gruta da Caridade. À semelhança da vez anterior, o ritmo foi bom, as passagens mais apertadas foram superadas e logo estávamos na entrada do Lagui-nho do Sifão. Os corpos foram mergulhando na água turva e, um a um, sumindo, engolidos pela garganta sinuosa da Caridade. O que falar, então, do que viria após os conhecidos (desde junho) apertos daquela caverna?... Somente mais apertos! Passagens muito exíguas, nas quais disputávamos o espaço com uma lâmina de água em vãos de quarenta ou trinta centímetros e nada mais! Mas, após esses trechos, explodia

**Vencidos tantos obstáculos, o mapeamento começou a se arrastar. As passagens eram apertadas e fazia frio, pois há horas estávamos o tempo todo encharcados.**

a cavidade, abria espaços e mostrava escorrimentos dourados, seixos polidos incrustados no chão, aranhas e outras passagens!

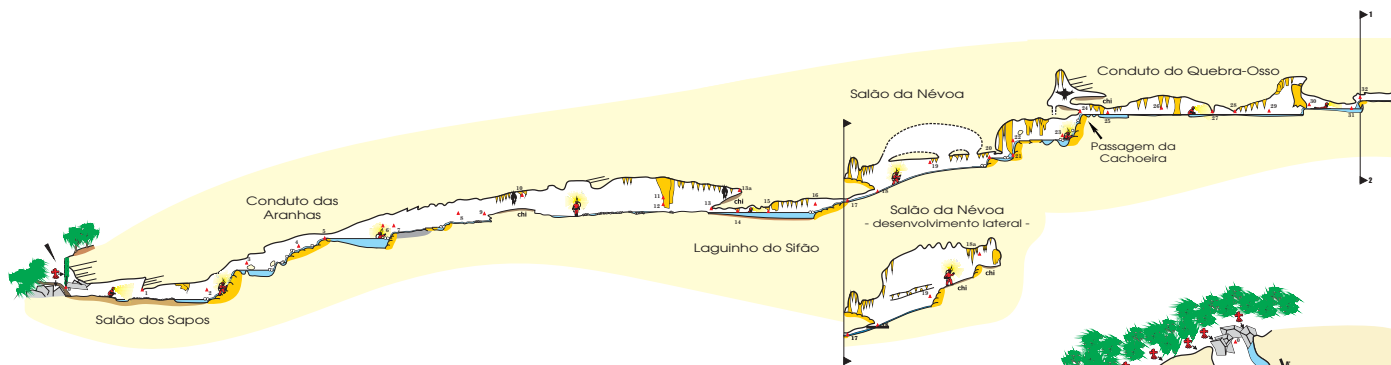
A emoção agarrava-se na expectativa de uma saída exterior (existiria uma segunda entrada?). A cada novo meandro do rio, buscava-se qualquer indício de entrada de luz. Porém, ao final de algumas horas movendo corpos na falta de espaço que há pelos caminhos da caverna, o teto foi subindo e o grupo topou com um grande escorrimento, o qual foi chamado simplesmente como “O Órgão”. Ali, o rio escorria por furos nas rochas e alguns metros a mais de caverna. Após isso, ha-

via somente um orifício de onde minava a água. Ao entrar com metade do corpo nele, vi somente algumas cortinas e estalactites respingando uma água muito límpida e gelada. Simplesmente não acreditei ser aquele o final da caverna... Mas estava lá. Conteí a Kramer. Ele não acreditou, falou que sempre poderia haver uma passagem diante de tanta água. Foi até lá, inspecionou e falou: “Realmente... Morre aqui.”

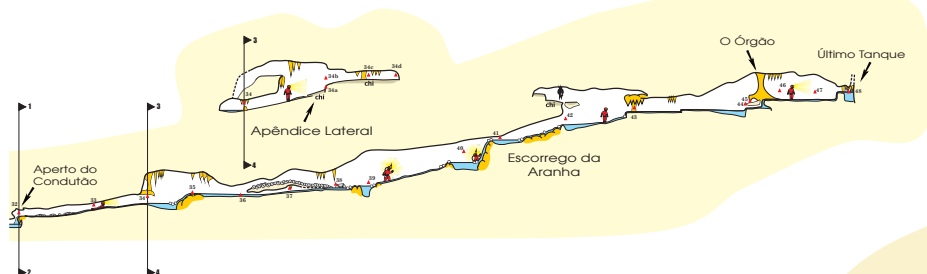
Assim, o término do mapeamento da Caridade mostrou-se inusitado, como toda a caverna o foi durante todo o tempo em que a exploramos. A idéia de que a Caridade possui uma segunda en-

trada ainda não pode ser totalmente descartada, posto que o trecho final do mapeamento de 2008 indica, sim, uma continuidade, apenas interrompida por não ser acessível a seres humanos. É possível que o desenvolvimento dos espeleotemas haja obstruído o estreito canal, impedindo o avanço dos exploradores. Mas, se a água por ali escorre, a imaginação também pode fluir. Os buracos que o corpo não consegue transpor, pois, deixemos o pensamento atravessar. A Caridade, ao fim, mesmo mapeada não é vencida, continua sendo uma caverna inexplorada, guardada às futuras gerações. ♡





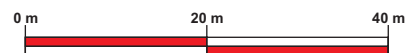
seções longitudinais corrigidas



planta baixa



Norte magnético com declinação de 21°02'W com relação ao norte geográfico, na data do mapeamento, oscilando, anualmente, - 01' 59".



Copyright © 2008 by Sociedade Espeleológica Potiguar.  
All rights reserved. Todos os direitos reservados.

| CARIDADE                                   |   |                  |          |
|--|---|------------------|----------|
| 1. Coordenada                              | -6,22296321205795 x -36,9434574991465         | 2. Datum         | WGS 84   |
| 3. Localização                             | Serra da Cruz                                 | 4. Município     | Caicó/RN |
| 5. Referência da Carta                     | SUDENE - FOLHA SB.24-Z-B-II CURRAIS NOVOS     | 1:100.000        |          |
| 6. Des. linear/método de cálculo           | 7. Proj. horizontal                           | 8. Denível total |          |
| 302,00 m - Descontinuidade                 | 264,30 m                                      | 38,32 m          |          |
| 9. Grau da precisão                        | 10. Método de mapeamento                      | 11. Nível        |          |
| BCRA - 4D                                  | Bases permanentes                             | Suunto           |          |
| 12. Data                                   | 13. Referência espeleológica e espeleométrica |                  |          |
| 28/09/2008                                 | SEP (2007) e SBE/CCE(1991)                    |                  |          |
| 14. Equipe da topografia                   |   |                  |          |
| Solon R. Almeida Netto: desenho e bússola  |   |                  |          |
| Marcelo A. F. Kramer: trena e planilha     |   |                  |          |
| Stephen Smith: bússola                     |   |                  |          |
| Mosheh de Souto Leal: trena                |   |                  |          |
| Fernanda Helena Bosco de Miranda: planilha |   |                  |          |



# A CARIDADE E SUAS HISTÓRIAS

**N**ão me recordo quando soube da existência da Caverna da Caridade. Lembro-me de relatos falando de belezas naturais, pinturas, água e dificuldades. Impresões comuns, sobre uma das grutas mais descritas na história potiguar. O seu passado, os antigos ocupantes e seus registros grafados na entrada são de extrema importância à compreensão da formação do nosso povo. Atravessando milênios, a Gruta da Caridade representa, hoje, um dos sítios espeleológicos mais importantes do Nordeste, em termos arqueológicos e antropológicos, pois uma boa parte da vida do nordestino sertanejo pode ser remontada a partir daquela área. É de sumo interesse, portanto, conhecê-la e preservá-la.



texto  
**Rostand Medeiros**

fotografia  
**Danilo Guanabara**  
**Solon Almeida Netto**  
**Alex Gomes**

Almeida Netto



***Itaquatiaras:** Há imensos painéis de inscrições rupestres localizados na entrada da Gruta da Caridade.*

## **AS ITAQUATIARAS DA CARIDADE**

**Q**uem chega à Gruta da Caridade depara-se com vastos painéis de gravuras rupestres. As fantásticas seqüências se iniciam nas margens rochosas do pequeno córrego que escorre da entrada da caverna e desce pela Serra da Cruz, passando, inclusive, pela entrada de outra gruta, a chamada Falsa Caridade, uma pequena caverna a poucas dezenas de metros da entrada principal da Caridade.

Os registros rupestres são um forte indicativo da evolução das manifestações artísticas dos povos primitivos. Para melhor entendimento, os arqueólogos definiram que as pinturas e gravuras fossem agrupadas em “Tradições”. No Nordeste brasileiro existem três grandes Tradições: Nordeste, Agreste e as Itaquatiaras, as quais são subdivididas em outras classes. Itaquatiaras, ou “pedras pintadas” em língua tupi, conhecidas pelos sertanejos como “pedra de letreiro” ou “pedra lavrada”, são gravuras feitas em rocha, ou petróglifos, possuindo como principal característica o fato de serem encontradas nos afloramentos rochosos próximos a locais que concentram água.

Os registros da Tradição Itaquatiana variam conforme a área de localização das inscrições, das feições dos desenhos esquemáticos, das técnicas de gravura e dos seus tamanhos. No Nordeste se apresentam, comumente, na forma de grafismo puro, desprovido de qualquer (aparente) significação, gerando dificuldades na fixação de cronologias, bem como associações a algum grupo humano específico. Algumas lembram um tabuleiro de xadrez, outras são como linhas, grades, tridígitos, espirais ou outros sinais sem identificação imediata. Internamente, não existe nenhum registro rupestre. A compreensão é bastante complexa. No caso da Caridade, fica evidente, corroborando a literatura, de que as marcas possuem íntima correlação com a fonte d'água que mina da entrada.

A Tradição Agreste é comum noutras cavidades. No Rio Grande do Norte, porém, a Caridade é a única conhecida que apresenta painel rupestre da Tradição Itaquatiana na entrada e no entorno, destacando-se a relevante quantidade de desenhos existentes.





Guanabara

*A sede da Caridade: A bicentenária casa ainda conserva-se de pé.*

## OS ÍNDIOS E A OCUPAÇÃO DOS EUROPEUS

**O**s mais remotos descendentes dos antigos seres humanos que deixaram registros na Caverna da Caridade – as itaquatiaras – formaram grupos indígenas que, durante séculos, viveram da caça e da coleta no sertão potiguar. Dentre tais, os membros da nação Tarairiús habitaram a região, fazendo parte as tribos dos Paiacus, os Jenipapos, Canindés, Pegas, Sucurus e outros. É provável que membros desses grupos tenham se utilizado da gruta, em algum momento, pela fonte de água. Entretanto, sem uma exploração arqueológica no sítio, é impossível firmar certezas.

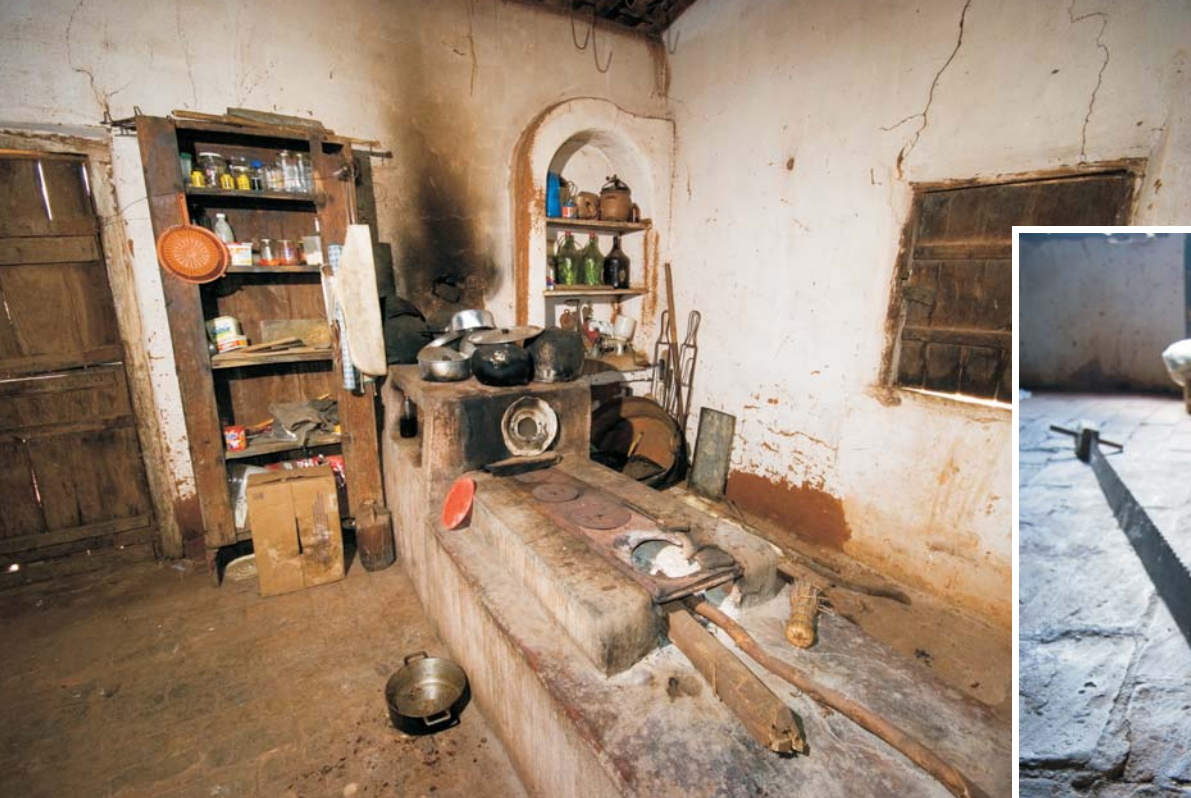
Quase duzentos anos após o descobrimento, os primeiros habitantes brancos chegaram à região das ribeiras dos rios Seridó e Piranhas. Durante a ocupação, os colonizadores encontraram as aguerridas tribos indígenas da nação Tarairiús. O Seridó viven-

ciou, então, a terrível e pouco conhecida Guerra dos Bárbaros, o conflito provocado pela ocupação européia e a resistência indígena no Nordeste do Brasil. Mas essa oposição, ainda que heróica, mostrou-se infrutífera, diante da enorme superioridade militar do colonizador, como também ante as dificuldades dos indígenas de se unirem contra o inimigo comum. Nas raras passagens de união, formaram confederações, dispensando aos conquistadores muito trabalho para dominá-los. Com o fim da guerra, o Seridó passou a ser sistematicamente ocupado pelos portugueses, que rapidamente se misturaram com as índias da região e trouxeram seus gados.

A Serra da Cruz, onde está a caverna, passou a receber colonizadores entre a segunda metade do séc. XVII e o início do séc. XVIII, sendo construídas fazendas para criação bovina. As casas

principais eram sempre edificadas próximas a água, em terrenos elevados, sobre plataformas, com paredes apresentando pé-direito alto, utilizando-se pedra e adobe na sua construção, bem como a técnica da “taipa de sapo”. As cumeeiras mostravam-se altas para amenizar o calor, sendo, normalmente, em “duas águas”. Isoladas e com dificuldades de abastecimento e comunicação, as casas possuíam grossas paredes para defesa. Imprescindível, ainda, era o alpendre, para receber os raros visitantes.

As residências rurais remanescentes do período, mesmo estando muitas em deplorável estado de preservação, pressupõem imponência e força. As propriedades mais antigas construídas no entorno da cavidade natural foram a própria Fazenda Caridade, a Inês dos Ferreiras (ou Inês Velha) e, mais ao sul, a imponente Fazenda Dominga.



Guanabara



*Passado e presente: Na Caridade o passado e o presente parecem confundir-se, sendo comum encontrar nos objetos usuais a marca de antigas gerações, conforme contam as histórias de Nelson Carneirinho.*

## A “CAVERNA ESCONDERIJO” E A FAZENDA CARIDADE

**A**pós a ocupação da área, em definitivo, pela miscigenação desencadeada pelo europeu, há notícia sobre a Caverna da Caridade no livro de Jayme da Nóbrega Santa Rosa, *Acari - Fundação, História, Desenvolvimento*, de 1974. O autor comenta, mesmo sem citar fontes, nem fornecer maiores detalhes, que, durante a passagem pela região dos revoltosos pernambucanos da Confederação do Equador, no ano de 1824, tendo como um dos seus comandantes o Frei Caneca do Amor Divino, a gruta teria servido de esconderijo para o padre caicoense Francisco de Brito Guerra e o poderoso fazendeiro acariense Tomás de Araújo Pereira. O Padre Brito Guerra foi o primeiro senador do Rio Grande do Norte e Tomás de

Araújo, após a proclamação da independência em 1822, foi o primeiro governador da província potiguar. O autor do livro, inclusive, fala que conheceu a caverna nos anos de 1920, junto com seu pai e um guia da região, fornecendo interessantes detalhes do interior e fazendo uma razoável descrição do local. Tal fato, entretanto, é desconhecido pelas pessoas do lugar, sendo ignorado até pelos moradores mais idosos que foram entrevistados.

Segundo o senhor Nelson Soares de Medeiros, o “Nelson Carneirinho”, os mais antigos comentavam que a fazenda foi construída nesse local por estar próxima a um sítio fértil, além de existir água na Caverna da Caridade, explicando-se o nome da propriedade e da gruta. “É uma

caridade que um lugar como aquele nunca deixou de ter água”, falou. Os relatos dos habitantes corroboram que, mesmo nas piores secas, a fonte da Caridade jamais deixou de verter.

O fazendeiro nasceu em 03 de junho de 1936, na Fazenda Dominga, distante seis quilômetros da Fazenda Caridade, conhecendo a região e suas histórias. Afirmou que, muitas vezes, utilizando tochas e velas, adentrou na caverna, chegando até o local batizado pelos espeleólogos potiguares como Laguinho do Sifão. Nunca teve medo, nem ouviu falar de alguma lenda relacionada à Caverna da Caridade, sendo que, para ele, a gruta é um elemento que faz parte da Serra da Cruz, ocupando, por si só, destaque na paisagem da região.



## TURISMO E MINERAÇÃO: FUTURO INCERTO

**S**obre visitantes, o senhor Nelson Carneirinho comentou que, devido à existência de água, sempre foi fácil presenciar a visitação de pessoas à gruta. Normalmente, os turistas são oriundos das cidades vizinhas, principalmente Caicó, havendo alguns de Natal, mas sempre em pequeno número. Ele acredita que as distâncias e as precárias estradas, repletas de porteiras, não ajudam. Recentemente, porém, a Secretaria de Turismo do Governo do Estado, executou um projeto de criação de roteiros turísticos denominado “Roteiros do Seridó”. A Caverna da Caridade foi incluída como uma das atrações e destinos da região. Nos

seus materiais informativos, a cavidade natural é assim apresentada:

*“Caminhada curta em meio à caatinga até a entrada da Caverna Caridade, na Serra da Formiga. Além das mais belas gravações itaquatiaras, poderemos entrar na caverna e conhecer um pouco mais do universo subterrâneo com os mais diferentes espeleotemas”.*

Como se percebe, o trabalho pecou por não buscar observar os detalhes, errando a localização do sítio. Listada com grau de dificuldade “médio”, a visita à caverna é uma atividade que entendemos prejudicial ao ambiente espeleológico, pois facilmente se conclui

que a fauna e a nascente no interior da Caridade pressupõem cuidados para sua preservação, além da exigência de sérios estudos complementares sobre a utilização do local como destino turístico. Exemplos dos malefícios da visitação desordenada estão presentes por toda a gruta, na forma de lixo e inúmeras pichações.

Atualmente, o senhor Nelson mora só em sua antiga fazenda. Sua mulher, por problemas de saúde, mudou-se para Caicó, para onde ele retorna nos fins de semana, montado na carroceria de madeira de uma velha camionete C-10, que faz as vezes de transporte público para a cidade. Passa

**Pichações:** Explorador observa as marcas da visitação de vândalos, as pichações, que são comuns por boa parte da caverna, mesmo nos trechos de acesso mais difícil.

Almeida Netto





Guanabara



**Preocupação:** Para Nelson Carneirinho os tempos são de preocupação. O ancião sabe que a comunidade atravessa mudanças e novos problemas podem advir da mineração, a qual ameaça o patrimônio natural, o equilíbrio ecológico e os mananciais da região.

a semana na labuta campesina, no alto dos seus setenta e dois anos, criando poucas cabeças de gado, algumas cabras, galinhas, animais de tração e tendo a companhia de três vistosos pavões. Segundo ele, seus filhos não possuem o mínimo interesse pela lida no campo e preferem a vida urbana. Esse fato está se repetindo em outras famílias que possuem propriedades e a região se despoa. Na área da Serra da Cruz até a fazenda Dominga é possível observar, nas residências, a predominância de um grande número de idosos. Em alguns locais, chega a ser até difícil encontrar pessoas para orientar os incautos viajantes.

Sentado em um pequeno tamborete, no alpendre da sua decaída casa grande da Fazenda Caridade, o senhor Nelson olha com preocupação a grande Serra da Cruz. Para ele a chegada da empresa de mineração que trabalha no alto da serra, apesar da esperança de melhoramentos econômicos, aponta para um futuro incerto. Em sua opinião, diante da atual distância ou falta de acesso demonstrada, pelos representantes da empresa, com relação à população local, existe o receio de, no futuro, surgirem terríveis problemas ecológicos e sociais, principalmente relacionados à qualidade da água, à criação de cercas em locais historicamente utilizados pelos moradores como passagem e à preservação da Caverna da Caridade.

Assim, a Caverna ou Gruta da Caridade e seu entorno, na zona rural na fronteira do município de Caicó, possuem toda uma gama de interessantes aspectos históricos, os quais apontam para a inquestionável importância desse patrimônio espeleológico, mas há inúmeras incertezas com relação ao futuro. Imensurável conjunto natural e cultural, mais do que nunca é preciso olhar ao passado para nele encontrar as chaves da preservação. Ao final de todas as viagens feitas à região, desde os idos anos noventa, sempre uma pergunta restou na mente de todos: quais as perspectivas ao futuro da Caridade?





# DA GANÂNCIA E DO PRENÚNCIO DO FIM

texto e fotografia  
Solon Almeida Netto

**E** quanto ao futuro? O que se pode esperar à Serra da Cruz? Esquecida pelos governantes, esvaziada de seu conteúdo humano, que foge às cidades buscando a sobrevivência, à serra surge, agora, uma nova ameaça: perder sua própria matéria física, pelos desígnios da mineração. Durante todas as expedições realizadas à região, o que mais chamou a atenção dos exploradores foi justamente a forma qual a degradação ambiental se instalou no monte. Haveria algum traço de adequação às normas ambientais nos trabalhos de pesquisa ou desmonte da serra? O que estão fazendo os órgãos ambientais para preservar um dos maiores patrimônios naturais do povo potiguar?





**Destruição:** O rastro do aterro para a construção de acessos atravessando a Serra da Cruz não respeita sítios arqueológicos ou cavernas, muitos dos quais pichados por vândalos.

**Trator:** Maquinário da mineração promove aterro e abertura de estrada a poucos metros das inscrições rupestres existentes na entrada da Gruta da Caridade (página anterior).

A região serrana da fronteira dos municípios de Caicó, Florânia, Jucurutu e Cruzeta representa, em termos de importância ambiental ao Rio Grande do Norte, área natural que carece de enormes cuidados. Pelo péssimo acesso através de pouquíssimas estradas varando as íngremes encostas (até bem pouco tempo), raros eram os que se aventuravam naquelas paragens. Inserida nesse cenário, a Serra da Cruz agrega elementos naturais e humanos imprescindíveis à preservação de tal conjunto, sendo o local peça-chave ao equilíbrio do meio naquela região.

À vida de pessoas e animais, a serra representa o início de uma vasta cadeia, posto que lá se encontra um rico manancial, donde advém boa parte da água que flui ao vale que se forma no Distrito

de Caridade e segue até a Laginha. Noutra sorte, por apresentar vegetação nativa muito preservada, há séculos serve para recompor (por distribuição de sementes) as espécies vegetais indiscriminadamente exploradas, além de representar importante refúgio à fauna ameaçada pela caça.

O local constitui sítio cultural que, pela arqueologia, história e antropologia, possui natureza singular. Nesse rumo, a Gruta da Caridade é somente uma faceta de um vasto universo, que engloba desde a produção pré-histórica de povos praticamente desconhecidos, até o casario colonial rural dos primeiros colonizadores europeus do Seridó. Soma-se a tais características, a importância das cavidades naturais presentes no mármore da Serra da Cruz. A Caverna da Caridade, assim, dentro

do contexto regional é única. Formada a partir de um rio perene que corta a rocha por centenas de metros, a gruta apresenta indubitável valor paisagístico e fauna hipógea bastante complexa.

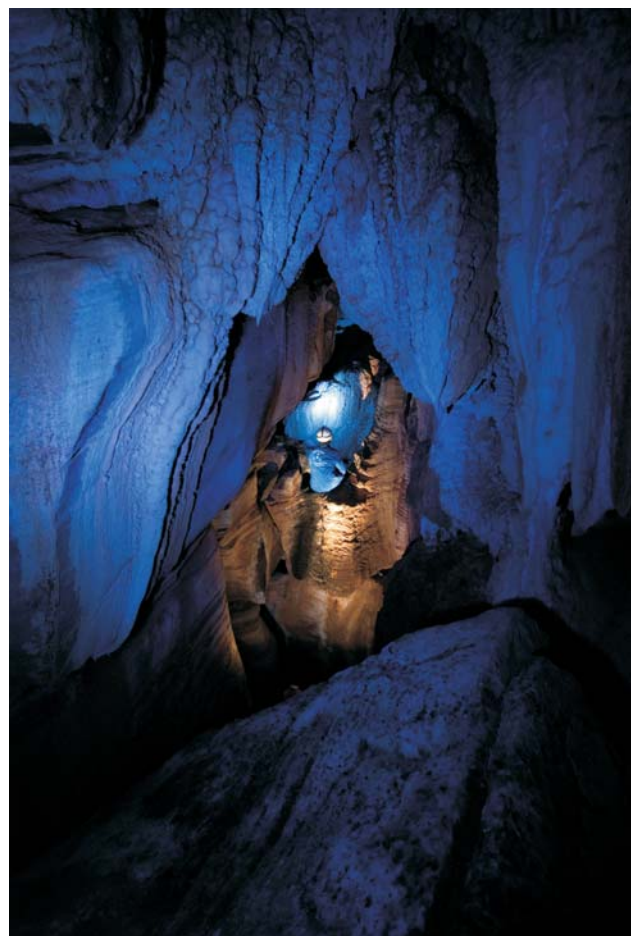
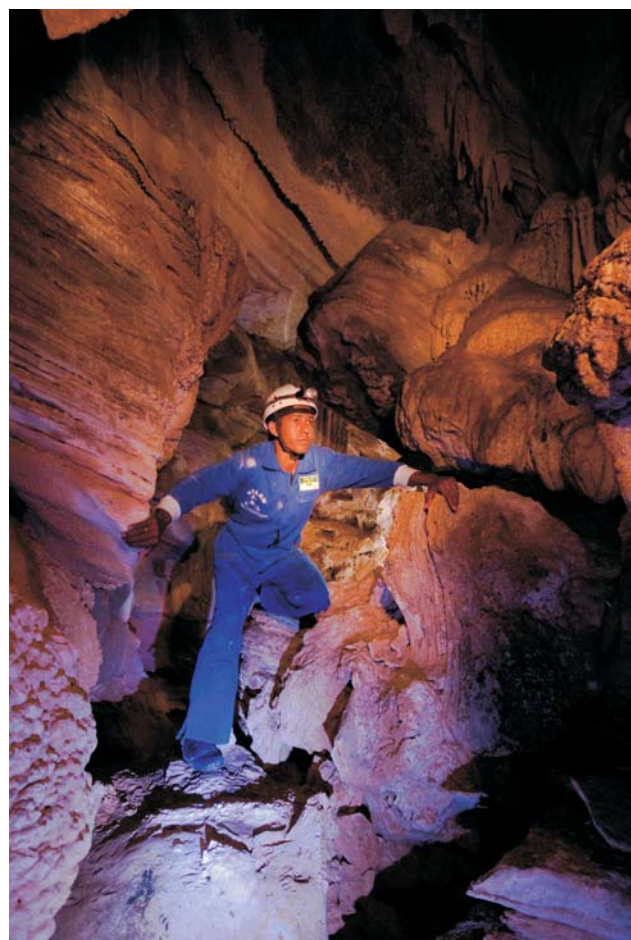
Por todos esses elementos, era de se esperar que as autoridades governamentais dispensassem maiores cuidados ao local. Mas, o futuro da região, pela vontade do Governo, não aponta à preservação. Enquanto o leitor volta-se a essas páginas, admirando-se com as imagens que as ilustram, os mesmos cenários estão sendo modificados, incessantemente, dia após dia. A mineração se instala na região e vai tragando o monte, derrubando suas árvores centenárias e removendo os blocos que apóiam as cavernas, tudo sob as bênçãos dos órgãos ambientais. A Mhag Mineração é uma empresa





que atua há alguns anos no Estado extraindo minério de ferro. A meta de aumentar a produção de trinta mil para a marca de dois milhões de toneladas/mês vem sendo (também) comemorada pelo Governo Estadual. Porém, não se lê, em qualquer lugar, uma única linha que aponte a que custo ambiental o extrativismo do ferro vem se instalando no Seridó. Ante um aporte de recursos que pode chegar a dois bilhões de dólares, necessários ao incremento da produção e já anunciados aos próximos quatro anos pela imprensa, fica a indagação: quanto dessa verba está sendo (ou será) destinada à preservação?

**A**s cavidades localizadas e documentadas na Expedição Caridade 2008 mostram-se em sério conflito com a atividade minerária na região. Nos casos analisados, a ação humana de alteração do meio ingressou em áreas que, pela norma federal, deveriam estar sendo preservadas. A Resolução CONAMA n.º 347/04, a qual expressamente determina que seja protegido o entorno mínimo de duzentos e cinquenta metros das cavernas, não vem sendo cumprida. Há dois afloramentos principais com ocorrências de cavidades na Serra da Cruz. Tanto no lado norte, onde está a Gruta da Caridade, como no lado sul, onde está a Gruta dos Cactos, houve inúmeros desmatamentos e aberturas de estradas e picadas passando a poucas dezenas de metros de cavernas significativas. Representa a Gruta da Caridade um dos sítios espeleo-arqueológicos mais significativos do Nordeste brasileiro. Ainda assim, os órgãos ambientais nada fizeram de concreto na área para interferir no avanço da mineração.



***Lado sul:** O lado sul da Serra da Cruz apresenta diversos afloramentos de mármore e várias cavernas, inúmeras com área de preservação invadida pela mineração.*



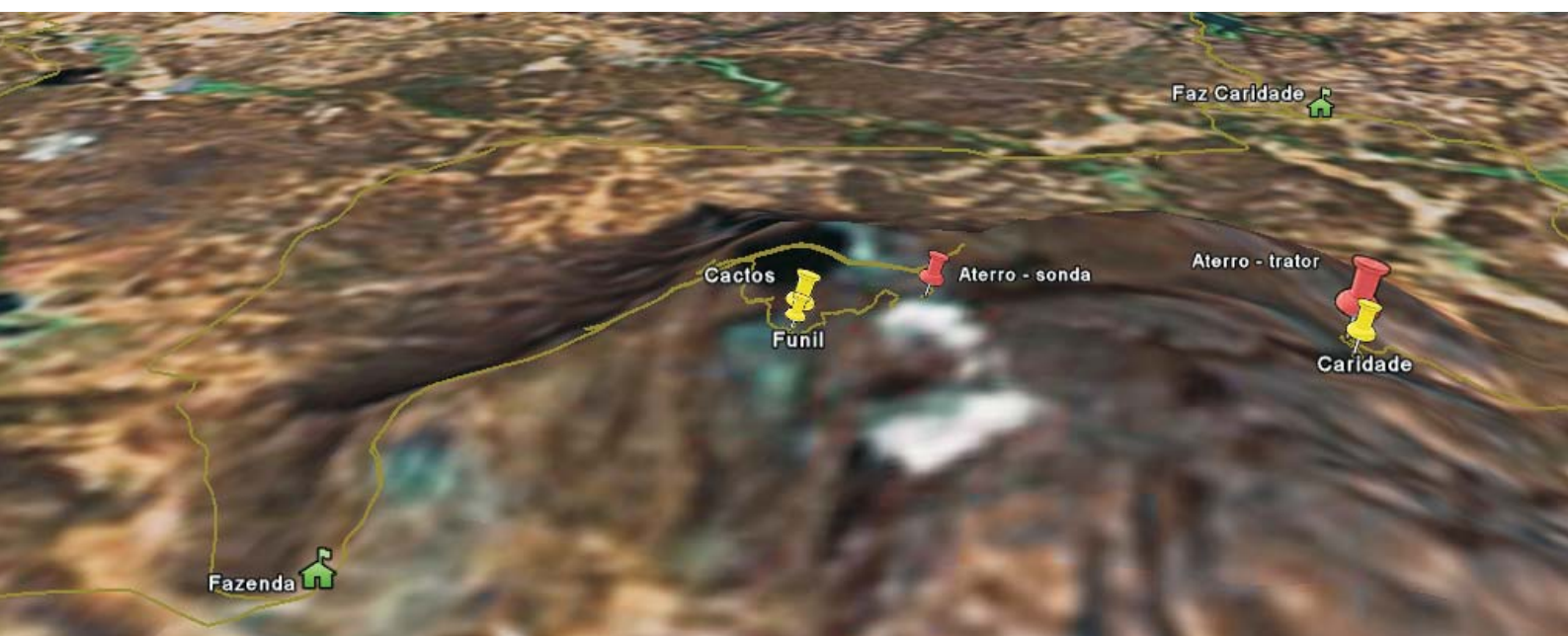


**Máquinas x cavernas:** O trabalho do maquinário na Serra da Cruz, em áreas protegidas pela Resolução CONAMA n.º 347/04, é incessante, promovendo aterros e derrubando a mata nativa.

**A Serra da Cruz:** Foram abertos quilômetros de novas estradas pela Serra da Cruz, vias que certamente serão usadas para desmatar e facilitar a caça. As sondagens não respeitaram nem as cavernas, nem os sítios arqueológicos.

Outrossim, deve-se pesar que a mineração em zona de nascente é vedada pelo Código de Mineração, podendo representar um risco aos habitantes de comunidades inteiras, especialmente ante a escassez do recurso hídrico no semi-árido Nordeste.

Sabe-se que o Governo Federal inaugurou em novembro uma nova política à gestão do patrimônio espeleológico nacional, na qual o ponto máximo está na possibilidade do empreendedor barganhar a destruição de cavidades naturais. Trata-se do Decreto Presidencial n.º 6640/08, pelo qual a União passou a colocar preço nas cavernas brasileiras, jogando na sarjeta anos de trabalho de uma política protecionista séria, construída desde a edição da Carta Constitucional de 1988. O caso da Serra da Cruz, porém, é ainda mais grave, posto que se trata de flagrante descumprimento da norma ambiental em vigor, pois as ações ali presentes não obedeceram sequer aos ditames dessa nova política nefasta, sendo a degradação e o descumprimento da Resolução n.º 347/04 anteriores ao Decreto n.º 6640/08. O que existe ali (e em todo o Rio Grande do Norte) é o desrespeito vergonhoso da lei. Empresas passando tratores a poucas dezenas de metros de cavernas importantíssimas. Talvez, a União e o Estado prefiram os dois bilhões de dólares à preservação da Serra da Cruz...





Os grupos espeleológicos potiguares (SEP e SEPARN) enviaram conjuntamente dois ofícios pedindo explicações e vistas do procedimento de licenciamento ao Instituto de Defesa do Meio Ambiente – IDEMA. Como resposta ao solicitado houve somente o silêncio. O órgão ambiental não respondeu aos pedidos. De outra sorte, o Instituto Chico Mendes foi também oficialmente comunicado. Porém, no caso potiguar, sabe-se que a lei ambiental deve funcionar somente contra os pequenos produtores. Às grandes empresas poluidoras e destruidoras, resta um bom acordo e uma parceria de sucesso com os órgãos, pois essa é a lógica da degradação que está viciando toda a máquina estatal no país, desde a Presidência – como mostra o Decreto n.º 6640/08 – até a base do sistema, composta pelos os órgãos executores.

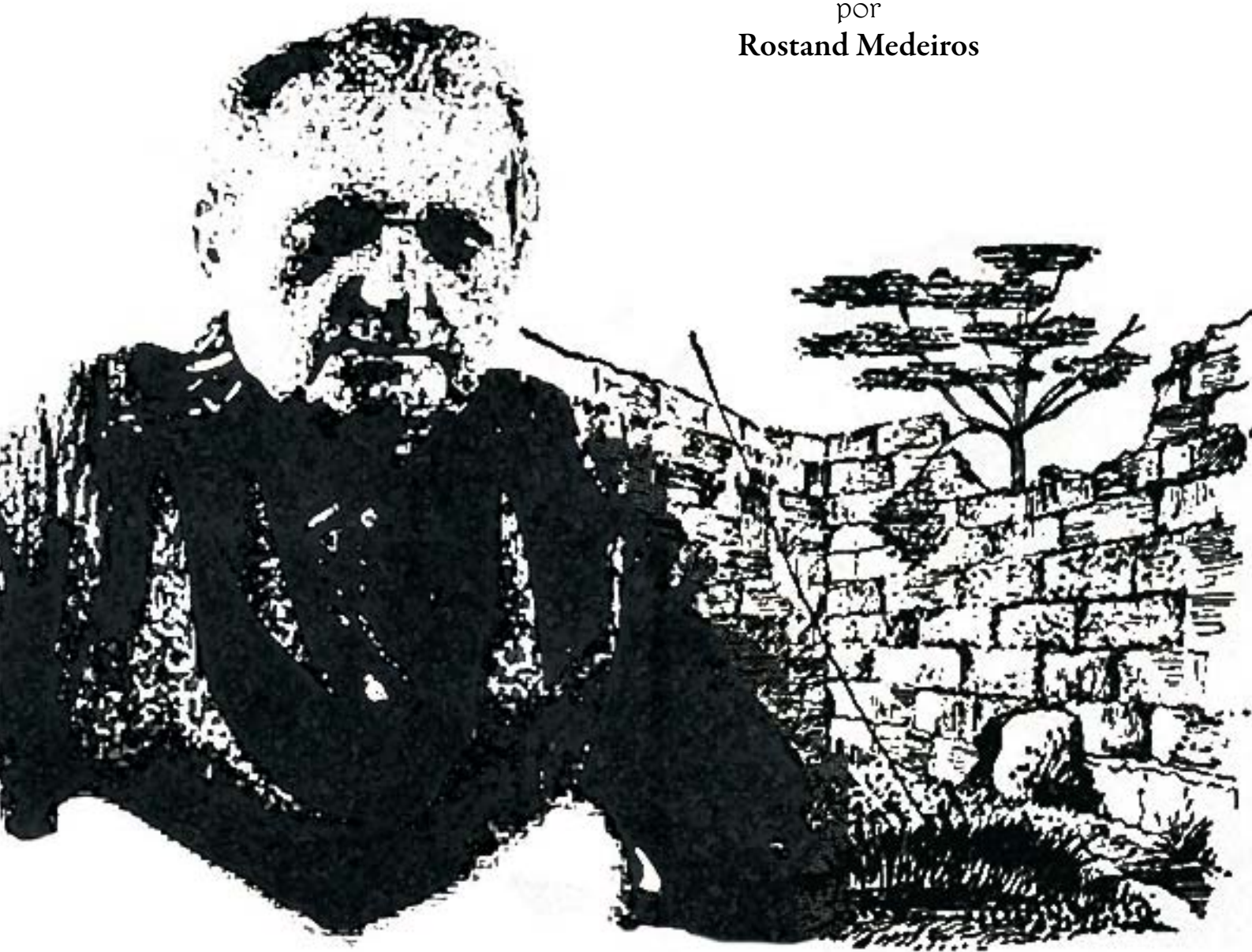
**A** SEP e a SEPARN vêm concluindo um relatório circunstanciado dos crimes ambientais identificados, o qual será entregue ao Ministério Público. Ante os disparates vistos nos últimos meses, o senso de justiça, entretanto, anda desacreditado. A parcela séria da comunidade espeleológica brasileira ainda está abalada diante de um quadro de degradação natural, ética e normativa que vem se instalando no país. A nova política do Governo Federal somente institucionalizará uma conduta não-preservacionista e viciada que hoje já vem sendo praticada no serviço público, de forma não oficial. Os problemas relacionando à serra e à mineração, seriam facilmente solucionados com a implantação de uma área de preservação e, quiçá, de um pólo de ecoturismo na região de Caridade. Porém, é mais fácil (e lucrativo) ao Estado, simplesmente, entregar tudo às escavadeiras da mina de ferro. Talvez estejamos todos nos sentindo desencorajados, contudo, cada vez mais, espalham-se pelo Brasil situações como a Serra da Cruz: lugares de cavernas que estão sendo destruídos e que precisam de vozes para defendê-los. Criemos força, a Serra da Cruz clama por caridade!



**Risco ambiental:** As atividades de modificação do meio atingem várias encostas de serra, podendo a chuva carrear sedimentos às cavernas e afetar a rica fauna presente na Caridade, a qual foi objeto de estudos durante os trabalhos na região.

# Canto de muro: Câmara Cascudo e os quirópteros

por  
Rostand Medeiros







Almeida Netto

**P**ara quem gosta de livros interessantes e de aprender sobre fatos inusitados, dificilmente vai deixar de passar por alguma linha ou, mesmo, episódios da vida de Luís da Câmara Cascudo. Tal leitor estará diante de toda uma plêiade de obras que vão dos estudos folclóricos às pesquisas históricas, antropológicas, etnológicas, sociológicas e de outras áreas do conhecimento. Grande pesquisador, deixou um conjunto considerável, no qual mais de trinta dos seus livros são listados como essenciais a muitas áreas.

### **Romance de costumes**

Como leitor contumaz do “Mestre Cascudo” vi poucas referências às cavernas em sua obra. Até então, somente apontamentos sobre lendas e a utilização de nomes ligados à espeleologia na toponímia. Foi então que um amigo me apresentou um livro que o próprio autor definia como um “romance de costumes”, o único escrito por ele: “Canto de Muro”.

Confesso que não me animei em conhecer esse “Canto de Muro”. Imaginava a obra como sendo uma viagem por uma área das letras “nunca d’antes navegada”.

Comecei a folhear o livro. De modo surpreendente, os personagens se apresentavam como um escorpião chamado “Títius”, a aranha “Licosa”, ou a lagartixa “Vênia” e outros. Após o exame inicial, fiquei com vontade de devolver, na mesma hora, o objeto oferecido.

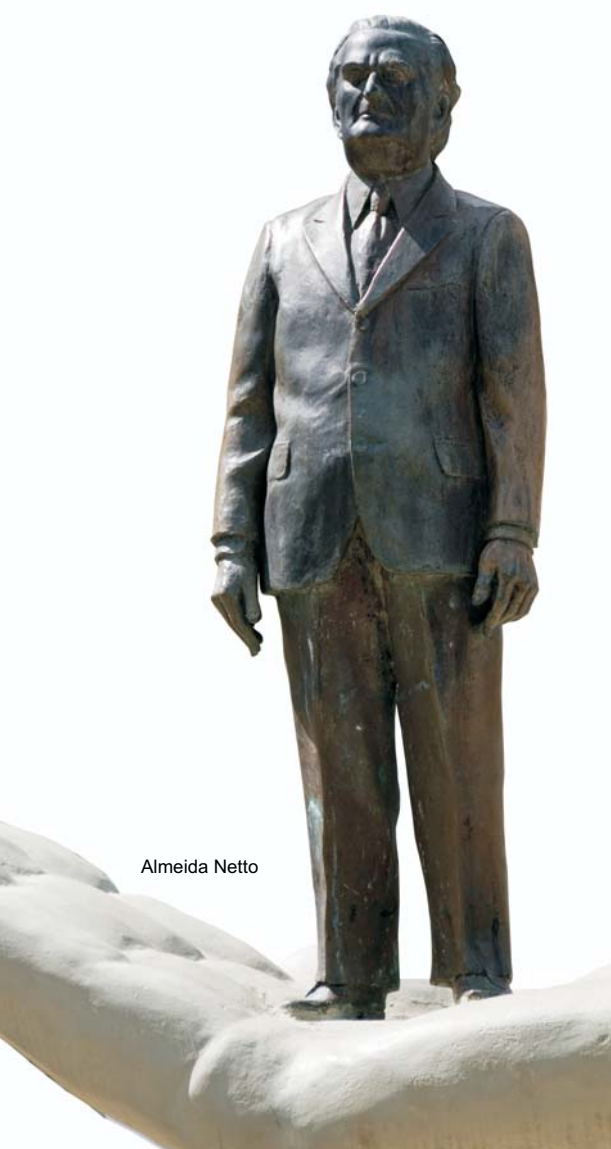
Mas como aquele amigo havia tido a gentileza, tive vergonha de fazê-lo.

Em todo caso imaginei ir para casa aproveitar o “Canto de Muro” para contar para minha filhinha “historinhas de animais” e entretê-la na hora de dormir. Porém, ao folhear mais calmamente o romance, quem verdadeiramente foi ficando no “Canto de Muro” fui eu. O livro é verdadeiramente maravilhoso. Cascudo fez um “romance de costumes”, mas sobre animais. E que animais são esses? A maioria são justamente as espécies menos enaltecidas, aquelas que vivem literalmente pelos cantos. Passeiam por suas páginas aranhas, besouros, ratos, baratas, cobras, escorpiões e outros.

O autor agiu como narrador, trazendo, de uma forma romanceada, as estranhas vidas daqueles indiferentes animais. Os capítulos se seguem como se fossem uma descrição feita em uma caderneta de campo de um pesquisador atento e minucioso. Cascudo comentou que desde cedo fora seduzido pela história natural, realizando as anotações, principalmente, nos jardins e quintais da casa paterna, a chamada “Vila Cascudo”.

### **Quiró**

Entre os animais descritos está o mais comum membro da fauna cavernícola: o morcego. O terceiro capítulo, “O Mundo de Quiró”, o autor iniciou com a citação de um certo “Senhor Hemenegildo”, que resoluto



Almeida Netto

**Pesquisador incansável:** A produção de Câmara Cascudo é bastante vasta, apontando investigações nas mais diversas áreas. Assim, encontrar textos do mestre versando sobre quirópteros foi uma grata surpresa.

questionava: “- Faça-me o favor de dizer: para que Nosso Senhor fez o morcego?”

Logo após, o escritor mostrou uma das características mais conhecidas dos quirópteros, a forma como descansam: “*Quiró está com as unhas dos pés fincadas numa saliência da parede, voltado para ela, e com a cabeça para baixo, dormindo. Não sei de outro vivente que durma desta maneira. Dorme todo o dia e detesta a luz e mesmo as cores garridas e atraentes.*”

Descreveu de forma clara e simples o único mamífero voador, comparando-o a outros animais e de como utiliza suas características naturais. Em meio a deliciosas informações biológicas, que certamente podem fazer muitos cientistas dessa área torcerem o nariz, Cascudo afirmou que várias de suas observações sobre os morcegos foram feitas em expedições noturnas ao centro de Natal, nos bancos da tradicional Praça Sete de Setembro, defronte ao antigo Palácio do Governo.

Cascudo não escreveu um chato, monótono e, como muitos fazem, inútil texto acadêmico. Suas informações fluem de uma maneira tranqüila, fazendo com que o leitor, de forma fácil, conheça sobre o peculiar mundo desses animais. Não faltam citações de figuras históricas, como a do escritor naturalista francês, George Louis Buffon, Conde de Leclerc (1707-1788), que afirmava serem os quirópteros “mais um capricho que uma obra regular do Criador”. Lembrou o jesuíta e naturalista italiano, Lazzaro Spallanzani (1729-1799), aquele que em 1756 cegou quatro morcegos, colocou todos em um quarto escuro, com uma teia de fios verticais embebidos em forte visgo, para assim prender os pequenos animais ao menor esbarrão e, mesmo sem compreender, percebeu que os morcegos conseguiam se desviar dos finos obstáculos. Há também referência ao naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), que descreveu aspectos da gênese destes mamíferos e, em 1797, batizou a família dos morcegos com o termo “quiróptero”.

Cascudo afirmou que o mamífero estava em terras brasileiras desde o início dos tempos, mas comentou, com certa decepção, que esses animais não tinham mito ou lenda na memória popular no Brasil, servindo “apenas para fantasias de carnaval”. Cascudo não procurou desfazer a triste lenda que afirmava “serem os morcegos, uma evolução dos roedores mortos”. Mostrou, inclusive, as ligações entre os termos “morcego” e “rato” nos idiomas inglês, alemão e francês. Mas não fechou a questão da pseudo-evolução voadora dos roedores e deixou o tema em aberto. Outro comentário foi em relação à orientação desses animais, apontando que há milhares de anos já possuíam um radar.



## Cascudo, a cobaia

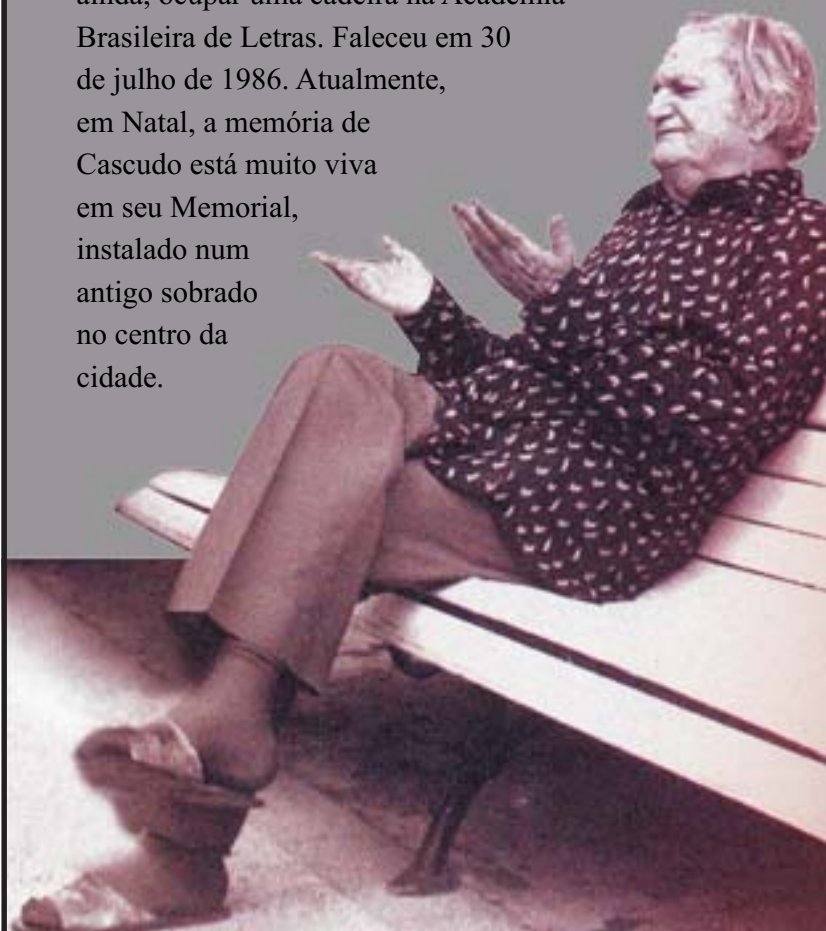
Chamou a atenção do folclorista o morcego-vampiro. Lembrou que foi o cronista português Gabriel Soares de Sousa, em seu “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, o primeiro estudioso a analisar a ação dos vampiros.

Cascudo afirmou que, em algumas ocasiões, em locais onde proliferavam tais mamíferos, ele chegou a dormir despido da cintura para cima, na intenção de se transformar em cobaia. Seu desejo era conhecer os mecanismos do analgésico que os animais utilizam enquanto retiram o sangue. Devido à tez bastante clara, sua compleição forte, imaginava-se um alvo fácil. Mas disse, decepcionado, que nunca foi mordido. Contudo, informou que em uma ocasião viu um desses animais “saborear” o sangue de um jumento “Catolé”, enquanto a vítima nem percebia. Lembrou que no Brasil colonial o costume era responsabilizar o “Saci-Pererê” pelas sangrias das alimárias das fazendas.

Para quem gosta da espeleologia, o terceiro capítulo de “Canto de Muro” é uma ótima pedida de leitura. Luis da Câmara Cascudo, nas últimas páginas, confessou que a obra pareceria estranha aos que haviam lido seus trabalhos anteriores. Ele não pensava em publicá-lo e, se assim o fizesse, seria com um pseudônimo. O amigo e editor José Olympio aceitou as condições, mas a família e outros amigos convenceram-no a assinar o “Canto de Muro”. Lançado em 1959, quando o autor tinha então setenta e três anos, foi um sucesso e uma surpresa para a intelectualidade brasileira. O livro teve mais três edições, bem acolhidas, principalmente por aqueles que não se entregam ao cotidiano e, com olhos atentos, sempre focalizam as coisas naturalmente interessantes. Mesmo as pequenas. ♣

## Um homem chamado Câmara Cascudo

Nascido em 30 de dezembro de 1898, Luis da Câmara Cascudo é considerado o mais importante folclorista brasileiro. Tendo cursado direito na Faculdade de Recife, ao longo de sua vida ocupou diversos cargos ligados ao magistério, inclusive na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas sua paixão sempre foi escrever, havendo se dedicado durante muitos anos ao jornalismo, especialmente no expediente de *A República*, e à pesquisa folclórica. A partir de 1921 iniciou uma carreira literária que o consagrou tanto nacional como internacionalmente. Seu trabalho é tido como clássico, havendo inúmeras obras de referência, tais como “Geografia dos Mitos Brasileiros”, “História da Cidade do Natal”, “Dicionário do Folclore Brasileiro”, “Vaqueiros e Cantadores”. A produção contabiliza mais de uma centena de livros, atividade na qual laborou até os últimos dias de sua existência. Cascudo é também muito conhecido pelo valor com que sempre se referiu à sua terra, Natal, posto que deixou de ocupar inúmeros cargos por nunca se permitir abandonar o Rio Grande do Norte. Declinou convites feitos para ser Reitor da Universidade de Brasília e, ainda, ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 30 de julho de 1986. Atualmente, em Natal, a memória de Cascudo está muito viva em seu Memorial, instalado num antigo sobrado no centro da cidade.



# A POLÍTICA ESPELEOLÓGICA DO DECRETO N.º 6640/08: CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS

por  
**Solon Almeida Netto**

Almeida Netto

## 1. Considerações iniciais



Constituição Federal de 1988 trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a tutela constitucional das cavidades naturais subterrâneas. À época da Constituinte, houve amplos ganhos à tutela ambiental advindos da inserção, no texto constitucional, de dispositivos que, a partir da vigência, passaram a amparar, com maior lastro jurídico, pretensões antes arimadas de modo muito frágil no arcabouço normativo. Assim, a pressão de grupos organizados conseguiu levar à Carta, no artigo 20, inciso X, as cavernas como bens da União.

Passados vinte anos, entretanto, muito pouco ainda se fez para revestir a norma comentada de sua plena eficácia. Simplesmente listar as cavidades naturais no rol dos bens federais, assim, foi ato que, mesmo havendo provocado profundos desdobramentos jurídicos, não gerou, de imediato, o esperado efeito protecionista. Muito além disso, um longo caminho restou a ser galgado, qual seja, fazer o sentido da norma ser compreendido pela sociedade, pois mesmo a parcela mais esclarecida

ou que lida com esses bens em seus trabalhos ou pesquisas, pouquíssimo entende o que representa, perante a ordem jurídica nacional, o fato comentado. É comum, portanto, vê-se uma enorme gama de elementos jurídicos confundidos e, no plano administrativo, a subversão total da ordem constitucional criada, desde a gênese dos atos normativos, até a execução de políticas públicas. A análise que ora se constrói, tem por escopo tecer algumas considerações sobre a nova política federal para gestão do patrimônio espeleológico nacional, objetivando expor, sucintamente, as vigas da ordem jurídica nacional e de como as cavernas estão tuteladas pelo direito no país.

## 2. Cavidades como bens da União



Qualquer um que invista na pesquisa da tutela jurídica das cavernas no Brasil, deparar-se-á com a escassez de estudos. Quase nada se fez no sentido de avançar a interpretação que integre os dispositivos constitucionais e, até mesmo, os legais. Criar uma sólida base hermenêutica seria suficiente para arrimar a



*(...) a Constituição Federal determinou ao Estado o dever de proteger os bens ambientais conhecidos como cavernas, levando-as ao patrimônio federal como uma forma de direcionar a União à aplicação dos valores insculpidos na mesma Carta.*

maioria das pretensões que hoje são classificadas como prejudicadas ante a hipotética lacuna legal, posto que não há uma lei federal disciplinando a gestão dos bens cavernícolas. Contudo, conforme se vai demonstrar, essa tese da imprescindibilidade da lei para efetiva proteção não deve subsistir.

O início da reflexão, passa pela compreensão de que o texto constitucional não pode ser visto segmentado, mas revestido de um sentido unitário, como defende a obra de Bonavides. Partindo de tal pressuposto, da necessidade de uma interpretação sistemática da Constituição, deve-se procurar concatenar os dispositivos que direta ou indiretamente tocam o tema cavernas.

Nesse sentido, o primeiro passo impõe a compreensão do que seria a idéia de cavernas como bens da União. Duas noções sobre o termo *bem* ocupam destaque na doutrina jurídica. A primeira delas advém do direito civil e associa bem à noção de uma coisa com alguma relação de utilidade. A segunda, nascida no direito administrativo, defende a clássica divisão dos bens como sendo *a)* os de uso comum do povo, *b)* os de uso especial e *c)* os dominicais. Porém, com o avanço e a evolução dos direitos coletivos, José Afonso da Silva passou a defender que há bens

pertencentes ao interesse público, nos quais se enquadram todos os necessários à sadia qualidade de vida da população. Nessa categoria entram os bens ambientais e, necessariamente, o patrimônio espeleológico.

Importa fazer tal digressão para se demonstrar que os bens ambientais não se enquadram nas mesmas categorias civilistas ou administrativistas usualmente utilizadas no direito. O sentido de utilidade de um bem ambiental, não pode ser tomado no mesmo plano, por exemplo, de um bem que tem o seu valor atrelado, simplesmente, ao econômico. Isso porque os bens ambientais estão vinculados ao papel que desempenham na manutenção da qualidade e do equilíbrio da vida. É o que defende Marise Duarte ao explicitar que a carga valorativa inserida nos bens ambientais (a qualidade ambiental) não possibilita atribuição de propriedade, possuindo como característica a indisponibilidade.

Eis que surge, assim, um sentido vasto ao termo bens da União. Na verdade, o rol previsto no artigo 20 da Carta Federal apresenta amálgama de interesses nacionais. Há interesses ligados à forma do Estado (incisos I e II), ao setor estratégico (inciso III), ao econômico cumulado como o estratégico (incisos VIII e IX) e, dentre outros, à preservação am-

biental (incisos II, X e XI). E compreendido o sentido, portanto, de haver a listagem de bens ambientais pela necessidade de preservação, diante da interpretação sistemática da norma, deve-se permear a discussão com a base introduzida pelos artigos 216 e 225 da mesma Constituição. São princípios como ambiente equilibrado como direito fundamental, da prevenção e da participação comunitária, dentre outros.

Em termos breves, deve-se, portanto, fixar que a Constituição Federal determinou ao Estado o dever de proteger os bens ambientais conhecidos como cavernas, levando-as ao patrimônio federal como uma forma de direcionar a União à aplicação dos valores insculpidos na mesma Carta.

### 3. A nova política federal



partir da Constituição de 1988, a União criou uma série de mecanismos normativos administrativos regulamentando a execução de políticas federais com relação às cavidades naturais. Dentre tais normas, o Decreto n.º 99.556/90 é destaque. Ali foram consolidadas idéias que durante muitos anos orientaram a política nacional, todas essencialmente fundadas na proteção integral das cavernas brasileiras. Com a Resolução CONAMA



n.º 347/04, um horizonte de mudança começou a ser aberto nessa gestão, posto que seu texto trouxe a previsão da classificação de cavernas segundo a relevância. O novo Decreto n.º 6.640/08, o qual modificou o texto do anterior 99.556/90, criou uma nova realidade, quebrando a basilar proteção integral e introduzindo, no plano administrativo, a possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas, mediante uma regra que prevê compensações ambientais.

Preliminarmente, deve-se frisar que não será objeto deste breve artigo a valoração da idéia central da nova política que gravita em torno do binômio supressão/compensação de bens ambientais. Entende-se que tal parcela do debate possui contornos éticos e filosóficos, não sendo albergada pela proposta aqui presente. Ao contrário, a análise aqui feita está revestida de caráter exclusivamente jurídico, passando-se, a seguir, a compor o quadro de como se insere essa nova política federal no cenário constitucional no item anterior delineado.

Ancorada a discussão, deve-se tomar que a ciência do direito possui um marco no trabalho de Kelsen. Para o doutrinador, as normas devem apresentar-se dentro de uma escala hierárquica, na qual ocupa o topo a Constituição e a base as normas meramente regulamentares. O axioma implica na compreensão de que há

regras formadoras do próprio Estado, enquanto que todas as demais vão retirando sua validade daquelas que estão acima na pirâmide do ordenamento. Isso importa dizer que todas as normas estão amparadas, de certo modo, na Constituição. O pensamento de Bobbio vai um pouco mais além, detalhando que há critérios de validade específicos para uma norma ingressar validamente no ordenamento, ou seja, deve cada projeto obedecer a um procedimento próprio para que regularmente seja debatido pelos representantes da sociedade e, finalmente, produza efeitos.

O Poder Executivo Federal fez publicar uma norma administrativa que permite a destruição de cavernas dentro de critérios prévios ainda passíveis de regulamentação. Aponta que tal norma retira sua validade dos artigos 20, inciso X, 216, inciso V, e da Lei Federal n.º 6.938/81. Isso quer dizer que, a fim de regulamentar dispositivos constitucionais, o Executivo editou parâmetros para fixar a conduta de seus agentes. Porém, até onde vai a possibilidade de um Poder criado para executar as políticas públicas (o Executivo) editar normas que se assemelham a leis, ou seja, regulamentam situações abstratas criando ou suprimindo direitos, função que, diante da fórmula clássica de Montesquieu pertence ao Legislativo?

Essa pergunta encontra res-



posta na mesma Constituição Federal, quando o artigo 84, inciso IV estipula que o Poder Executivo pode expedir decretos e regulamentos para fazer cumprir a lei. O indicado artigo, então, nada mais diz do que cabe aos decretos e regulamentos somente especificar como o serviço público funcionará, em parâmetros os mais concretos possíveis, para cumprir o que já foi determinado por outro Poder, o Legislativo. Essa, portanto, é a lógica do princípio da separação de poderes.

Facilmente se percebe, entretanto, que a política introduzida pelo Decreto n.º 6.640/08 possui forte ranço de inconstitucionalidade. Partindo da idéia central de que cabe ao Executivo somente regulamentar dentro de uma tênue faixa, prevista em lei, tão-só para permitir a aplicação da legislação, como pode, através de um mero decreto, prever a possibilidade de supressão de bens ambientais resguardados e protegidos dentro da órbita constitucional? Valendo-se da comparação visual presente na lição de Kelsen, a norma que está mais abaixo em todo o ordenamento, nesse caso, invade a matéria regulamentada pela Constituição Federal, deixando de meramente reger a proteção daqueles bens (isso, sim, permitido), para passar a disciplinar o destino das cavidades naturais, elemento a ser derivado do dever-ser jurídico já apresentado pela interpretação sistemática da Carta Federal.

Ora, conforme já menciona-

do, a norma legal difere da norma administrativa porque somente a primeira pode modificar profundamente a ordem jurídica, vinculando os indivíduos de modo abstrato e genérico. A norma administrativa pressupõe uma base legal prévia, pois a mesma não tem o condão de inovar preceitos estabelecidos pelo devido processo legislativo. Porém, tais conceitos, em um país que ainda atravessa um período de amadurecimento de suas instituições democráticas, não se mostram plenamente consolidados. O respeito à ordem constitucional é um valor que evolui e sedimenta aos poucos, durante gerações e gerações no seio de uma sociedade. O povo brasileiro, porém, possui pouca tradição no exercício desses valores. A Administração Pública, menos ainda, pois representa, hodiernamente, uma das maiores transgressoras da ordem legal e

### ***A Administração Pública (...) representa, hodiernamente, uma das maiores transgressoras da ordem legal e constitucional no Brasil.***


constitucional no Brasil. No caso da disciplina normativa das cavidades naturais subterrâneas, é fácil entender (mas não aceitar...) que o Executivo, amarrado por um Congresso que leva anos ou

décadas para analisar projetos de lei, sinta-se tentado a burlar os princípios constitucionais os quais deveria atentar, fazendo valer sua vontade, mesmo que de forma antidemocrática, através de institutos desviados, ou seja, valendo-se de uma via que subverte a norma jurídica.

De outra sorte, o núcleo do Decreto n.º 6.640/08, que abre a possibilidade de que o empreendedor e a Administração Pública taxem as cavidades naturais pelo grau de importância e, a partir dele, possam suprimir cavernas, é uma corruptela do mundialmente consagrado princípio ambiental do poluidor-pagador. Milaré, com muita propriedade, é taxativo ao afirmar que a idéia do poluidor-pagador não foi criada como uma chancela a qualquer tipo de empreendimento que necessite poluir ou degradar o meio. Se vista por tal ângulo, resta completamente distorcida, posto que em seu cerne está a responsabilidade daquele que polui em arcar com os custos da reparação. Na forma como em muitos casos a regra vem sendo aplicada, é empregada como um cheque em branco para que se possa degradar o ambiente simplesmente pagando-se um preço, normalmente estipulado pela Administração e que, em não raras vezes, retorna fundos aos próprios órgãos licenciadores, transformando-se numa via anti-ética para se capitalizar setores do Estado os quais deveriam estar questionando a legalidade dos empreendimentos.

Mais uma vez se reforça que a crítica não advém de postura contra ou a favor da supressão de cavidades naturais subterrâneas. Somente não se pode referendar uma bizarra aplicação de um princípio que foi criado não para acomodar entendimentos contrários à preservação, mas para se obrigar que ambientes sejam protegidos.

#### 4. Conclusões

m que pese o fato de atualmente muitos setores da sociedade brasileira pressionarem o Estado por uma solução normativa que permita a supressão de cavernas, a adoção de mecanismos administrativos para pseudo-regulamentação da Carta Federal, constitui um grave atentado à democracia. A política espeleológica nacional, que detém como um marco a promulgação da Carta Federal com seu artigo 20, inciso X, em diversos momentos avançou suas bases normativas através de instrumentos administrativos que não asseguram a necessária segurança jurídica às políticas preservacionistas. Nesse sentido, somente a lei, exarada pelo Legislativo, pode outorgar às cavernas brasileiras um ambiente normativo que realmente ofereça segurança jurídica e posições firmes à preservação.

O Decreto n.º 6.640/08, formalmente está, em sua essência, eivado pela inconstitucionalidade, por invadir a competência legislativa e, sob pretexto de regulamentar a matéria, introduzir sérias inovações na ordem jurídica brasileira. Muito além disso, seus efeitos práticos, podem produzir, na seara fática, danos irreversíveis ao ambiente. Materialmente, há uma nítida inconsis-

tência na forma qual o princípio do poluidor-pagador está sendo aplicado, posto que se apresenta uma classificação valorativa para se reverter ao cofre público o montante equivalente a cada ambiente cavernícola, em termos por demais expansivos, o que pode comprometer, no futuro, inúmeros ecossistemas.

É preciso, portanto, rever as bases de uma política que possui um excelente alicerce constitucional, mas que precisa desenvolver-se respeitando o restante do ordenamento, sob pena de apresentar apenas soluções momentâneas, mas que não poderão assegurar a médio e longo prazo, nem proteção ao ambiente, nem segurança aos empreendimentos. ♣

#### REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Noberto. **O Positivismo Jurídico**: lições de filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1999. 239 p.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da Norma Jurídica**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2005. 192 p.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002. 805 p.
- DUARTE, Marise Costa de Souza. **Meio Ambiente Sadio**: Direito Fundamental. Curitiba: Juruá, 2003. 241 p.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes. 2003. 427 p.
- MILARÉ, Édis. **Direito Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 1024 p.
- MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 1 v., 384 p. (Coleção Os Pensadores).
- SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 349 p.



# De Jandaíra à Serra da Cruz, Caicó/RN, Expedição Caridade 2008

## Maio

**10 de maio de 2008. Jandaíra - Rio Grande do Norte.** Fotografias nas grutas Fugitivos, Apertar da Hora e Letreiro. Equipe: Solon Almeida Netto, Danilo Guanabara, Diogo Almeida, Cristiane Sousa e Carolina Pinheiro.

**22 a 24 de maio de 2008. Jardim do Seridó e Caicó - Rio Grande do Norte.** Fotografias na Ponte de Zé Bastos, Jardim do Seridó. Identificação de cavidades naturais no lado norte da Serra da Cruz e fotografias na Gruta da Caridade, Caicó. Equipe: Solon Almeida Netto, Danilo Guanabara, Marcelo Kramer e Eduardo Caldas.

**30 e 31 de maio de 2008. Cerro Corá - Rio Grande do Norte.** Identificação de pontos cavernícolas na região do Escorrego. Vistoria da Serra Verde, marcação da Loca do Caranguejo e da Casa de Pedra de Cerro Corá. Equipe: Solon Almeida Netto, Anastácia Vaz, Marconi Câmara, Potyra Pinheiro e Fernanda Valverde.

## Junho

**23 e 24 de junho de 2008. Caicó - Rio Grande do Norte.** Topografia parcial da Gruta da Caridade. Equipe: Solon Almeida Netto e Marcelo Kramer.

## Julho

**19 de julho de 2008. Acari e Caicó - Rio Grande do Norte.** Entrevista com moradores de Acari e da comunidade Vaca Brava, Acari. Fotografias e filmagens na Gruta da Caridade, Caicó. Equipe: Solon Almeida Netto, Rostand Medeiros, Ricardo Sávio Moraes, Raquel Mosca (em Acari) e André Mota (em Caicó).

**30 de julho de 2008. Caicó - Rio Grande do Norte.** Entrevista com moradores da Caridade, prospecção e fotografias no lado sul da Serra da Cruz, Caicó. Equipe: Solon Almeida Netto, Rostand Medeiros e Jeová França.

## Agosto

**14 de agosto de 2008. Caicó - Rio Grande do Norte.** Fotografias na Gruta da Caridade. Equipe: Solon Almeida Netto e Alex Gomes.

## Setembro

**27 e 28 de agosto de 2008. Caicó - Rio Grande do Norte.** Topografia em Caridade (final) e Cactos. Equipe: Solon Almeida Netto, Marcelo Kramer, Stephen Smith, Mosheh de Souto Leal e Fernanda Helena Miranda.



# Dos valores e do ambiente

Solon Almeida Netto

**N**a última subida da serra que fiz, quando me despedi da longa campanha na região de Caridade, em 2008, marcou-me um misto de tristeza e incerteza. Os grupos fizeram a maior documentação do sítio espeleológico que jamais fora feita na história da espeleologia potiguar, com mapas e fotos de alto nível, horas de gravação em vídeo e tomadas de depoimentos dos moradores da região. Foram registradas histórias, passagens da vida daqueles que testemunharam todas as transformações deixadas no Seridó pelo século passado. Um acervo imensurável, quando se toma que essas pessoas representam o final de uma geração de sertanejos, uma época que chega ao fim. Seus filhos, a grande maioria já deixou o campo e hoje vive do assistencialismo marginal nas cidades, ou da falta de perspectiva que permeia os subempregos os quais lhe são ofertados. Perdeu essa nova geração a única riqueza que possuía: sua autêntica cultura nordestina seridoense. Em um punhado de anos, poucos deles saberão, talvez quase nenhum, sobre sua origem, de onde vieram, quem foram seus antepassados, pois a tradição oral passada nos alpendres das antigas fazendas está ruindo num ritmo rápido demais, como as anciãs vigas de carnaúba e cedro que, quando se partem, levam abaixo os velhos casarões do império abandonados. São as pistas de pega de gado se apagando, enquanto se perdem as estradas desse sertão sem fim que se abre quando se vence a grande Serra de Santana. É triste assistir ao colapso do que um dia fomos.

Certamente, quase ninguém no mundo sabe onde fica a Serra da Cruz. Com toda convicção, afirmo que menor parcela, ainda, atribuiria algum valor àquele lugar ou se interessaria por um canto de matas e pedras roladas. Mas, em sua essência, aquela serrinha é tudo que ainda temos, tudo que fomos e seremos. Lá houve a ocupação remota do sertão pelo gentio, deixada marcada nos paredões de mármore. Batalhas de índios contra europeus, lugar de uma guerra de bárbaros. Por seus caminhos passaram cangaceiros e fazendeiros em seu encalço. Lutaram homens, conceberam mulheres crianças que, mais tarde, povoariam todos os sacos, todas as chãs, todas as veredas da terra central potiguar. Tudo ali, na Serra da Cruz, um lugar esquecido, porque o nosso povo é uma gente, a cada dia que se passa, de identidade mais apagada, de cultura mais descartável e de sonhos mais banais.

E triste de um povo tão carente de ideais e, ao mesmo tempo, tão negligente para com sua grandeza histórico-cultural. O assombro, nesses tempos, tem sido acerca dos males que o extrativismo mineral pode provocar no ambiente da Caridade. Contudo, outro processo de retirada, igualmente agressivo, há muito se desenrola: a supressão de almas que deveriam estar povoando de vida daqueles rincões. São pessoas levadas sem destino, deixando atrás de si um vazio

que jamais será preenchido. Numa das últimas entrevistas com Nelson Carneirinho, quando indagado sobre seus filhos, sobre o futuro de sua terra, ele, simplesmente, franziu a testa, por um breve momento, e somente retrucou que a juventude não tinha muito interesse por aquilo dali, não. Que a labuta na terra e a vida no campo eram coisas para os velhos, o povo de antigamente.

O êxodo rural, que há décadas a sociedade assiste como uma promessa de desenvolvimento, é um processo capaz de deixar marcas indelévels, provocar perda de identidade de uma comunidade inteira. Mas mineração surge na Serra da Cruz como uma besta a qual temo com mais vigor, pois seu rasgo é ainda mais profundo, posto que se insere em sua ação a supressão física do ambiente, a retirada do chão, a remoção de uma parcela de tudo que é pedra, de tudo que é mata. Haverá, assim, futuro à Serra da Cruz quando, abandonada pelos filhos, for também usurpado seu chão?

Em horas como essa, quando exploradores de cavernas largam seus macacões enlameados e se sentam para escrever,

cada palavra precisa ser uma lança, precisa colocar-se viva para combater, para impedir um mal maior que ameaça não somente cavernas, mas o ambiente como um todo. Qualquer povo civilizado do mundo deve entender que uma sociedade, para ser forte, precisa de valores postos muito acima do econômico. Precisa de história e cultura. Limitar a ganância do homem e fazer valer leis que resguardem o ambiente. Precisa levar esse ambiente a todos os seus, para que cada pessoa possa entender a riqueza de sua terra, as belezas de suas serras e que vale a pena, sim, lutar por um ideal

de preservação, por mais impossível qual pareça a simples idéia de impedir a destruição do que somos.

A Serra da Cruz e a Gruta da Caridade pedem socorro. Não deixemos, enquanto sementes de um mesmo chão, que a esperança de termos, um dia, a consciência do que somos se vá, perca-se antes mesmo de que seja possível resgatar a identidade dessa enorme cultura sertaneja potiguar. Não vale a pena permitir que canadenses e chineses transformem quem somos em mero minério de ferro. Façam tão pouco de nosso nós. Ali, naquele pé-de-serra, dorme uma parcela relevante do que cada filho desse chão nordestino tem de melhor: a identidade. Mas cabe, a cada um, lutar sempre, revoltar-se sempre, contestar sempre os porquês de tanta espoliação, de tamanha falta de valores, quando se corrompe o meio por tão pouco. Que essa não seja a última página da história da Caridade. Que continue servindo de casa, por outros milênios, aos homens do Seridó. E que Deus permita ao meu filho ver a grandeza do que, por esses dias, vi nos sertões esquecidos de Caicó: um rio que verte água e sonhos, feito caridade, do coração de uma serra chamada Cruz. Que Deus tenha piedade de nós.

